



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ – UNIFAP
PRÓ-REITORIA DE ENSINO E GRADUAÇÃO
CAMPUS – SUL LARANJAL DO JARI
CURSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS

**UMA ANÁLISE SOCIOLÓGICA DA RELAÇÃO FAMÍLIA-ESCOLA
DOS ALUNOS DAS SÉRIES INICIAIS NA ESCOLA MUNICIPAL
TEREZA TELES EM LARANJAL DO JARI-AP.**

Laranjal do Jari
2010

CLAUDETE SARRAF DE ABREU
CLECIANO FONSECA DOS SANTOS
LAÍS MAIA PINHEIRO
MARIA DA CONCEIÇÃO BENICIO MARREIROS

**UMA ANÁLISE SOCIOLÓGICA DA RELAÇÃO FAMÍLIA-ESCOLA
DOS ALUNOS DAS SÉRIES INICIAIS NA ESCOLA MUNICIPAL
TEREZA TELES EM LARANJAL DO JARI-AP.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Colegiado do Curso de Ciências Sociais da Universidade Federal do Amapá – UNIFAP, sob a orientação do Prof^o Ms. Richard Douglas Coelho Leão, como requisito obrigatório para obtenção do grau de Licenciatura Plena em Ciências Sociais.

Laranjal do Jari
2010

ABREU, Claudete Sarraf de;
SANTOS, Cleciano Fonseca dos;
PINHEIRO, Laís Maia;
MARREIROS, Maria da Conceição Benicio.

Uma Abordagem Sociológica da Relação Família-escola dos Alunos das Séries Iniciais na Escola Municipal Tereza Teles em Laranjal do Jari-Ap.

Claudete Sarraf de Abreu; Cleciano Fonseca dos Santos; Laís Maia Pinheiro; Maria da Conceição Benicio Marreiros;

..... Folhas: il.; 30cm.

Orientador: Richard Douglas Coelho Leão.

TCC – Trabalho de Conclusão de curso (Ciências Sociais).
Universidade Federal do Amapá, 2010.

CLAUDETE SARRAF DE ABREU
CLECIANO FONSECA DOS SANTOS
LAÍS MAIA PINHEIRO
MARIA DA CONCEIÇÃO BENICIO MARREIROS

**UMA ANÁLISE SOCIOLÓGICA DA RELAÇÃO FAMÍLIA-ESCOLA
DOS ALUNOS DAS SÉRIES INICIAIS NA ESCOLA MUNICIPAL
TEREZA TELES EM LARANJAL DO JARI-AP.**

BANCA EXAMINADORA

Prof. Ms. Richard Douglas Coelho Leão
Universidade Federal do Amapá (UNIFAP)

Prof. Ms. Iraci Carvalho Barroso
Universidade Federal do Amapá (UNIFAP)

Prof. Dr. Manoel de Jesus Pinto
Universidade Federal do Amapá (UNIFAP)

Avaliado em 26 de fevereiro de 2010.

Laranjal do Jari
2010

Aos nossos familiares e amigos:

Com amor, dedicamos este trabalho aos nossos familiares e amigos, que muito acrescentam a nossa vida pessoal e, principalmente, acadêmica. Graças a essas pessoas, pela as imensa compreensão, dedicação e incentivo, foi possível chegarmos a fim de mais uma jornada.

Em especial, agradecemos a toas as pessoas que, direta ou indiretamente, contribuíram para a realização deste trabalho.

Não poderíamos deixar de agradecer principalmente ao corpo docente, aos discentes da escola pesquisada, sem esquecer a imensa colaboração que nos foi fornecida por parte dos pais ou responsáveis dos alunos.

Pessoalmente, agradecemos aos nossos professores e professoras, que, nessa trajetória acadêmica, não mediram esforços para estarmos juntos, socializando conhecimentos. Em especial a nosso orientador, Prof. Ms. Richard Douglas Coelho Leão, que, através de seus conhecimentos, muito contribuiu para a realização deste trabalho.

ABREU, Claudete Sarraf de; SANTOS, Cleciano Fonseca dos; PINHEIRO, Laís Maia; MARREIROS, Maria Conceição Benicio; A Relação Família-escola no Processo Ensino-aprendizagem de Alunos das Séries Iniciais em uma Escola Municipal de Laranjal do Jari: Uma Abordagem Sociológica. Trabalho de Conclusão de Curso de Ciências Sociais da Universidade Federal do Amapá.

RESUMO

Este é um estudo cuja temática principal é a relação família-escola de crianças das séries iniciais da educação básica na escola Tereza Teles da rede municipal de Laranjal do Jari-Ap sob um enfoque sociológico. Qualquer análise do desempenho escolar de crianças das séries iniciais da educação básica será incompleta se ignorar os impactantes reflexos dessa relação. Com base nessa convicção, os autores da pesquisa, embasados em um conceituado referencial teórico e na pesquisa etnográfica, com bastante propriedade e rigor científico, abordam os meandros dessa relação, sob diversos olhares e aspectos. Assim sendo, a pesquisa apresenta um retrospecto da trajetória da família, aborda os papéis de ambas instituições e do Estado no processo formativo e educativo do indivíduo, e os olhares de professores, pedagogos, gestor, alunos e dos pais/responsáveis dos alunos sobre o tema em lide. A pesquisa apresenta ainda algumas sugestões para o fortalecimento dessa relação, com vistas ao aprimoramento do educando.

PALAVRAS-CHAVE: Família; Escola; Relação.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1- O UNIVERSO DA PESQUISA	14
1.1- Breve Histórico do município de Laranjal do Jari	14
1.2- O campo de pesquisa	15
1.2.1- Perfil demográfico, estrutural e sócio-econômico do bairro Agreste	16
2- TRAJETÓRIA HISTÓRICA DA FAMÍLIA	24
2.1- A família na Pré-história.....	25
2.2- A família entre as civilizações antigas.....	28
2.3- A família na Idade Média.....	30
2.4- A família moderna.....	31
2.5- A família contemporânea.....	32
2.6- Contexto histórico da família no Brasil.....	34
3- A FAMÍLIA, A ESCOLA E O ESTADO.....	39
3.1- A família enquanto instituição social e cultural.....	40
3.2- A família e o Estado.....	41
3.3- A família e a escola.....	43
3.4- A família e os desafios da contemporaneidade	47
3.5- Relação família-escola: a necessidade de repensar os papéis	49
4- RESULTADOS E DISCUSSÃO	53
4.1- Caracterização da escola-campo	53
4.2- Análises dos resultados.....	55
CONSIDERAÇÕES FINAIS	63
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	68

APÊNDICES	70
APÊNDICE A- Questionário destinado aos alunos	71
APÊNDICE B- Questionário destinado aos pais e/ou responsáveis	72
APÊNDICE C- Roteiro de entrevista destinado aos professores	74
APÊNDICE D- Roteiro de entrevista para o diretor	75
APÊNDICE E- Roteiro de entrevista para a coordenação pedagógica	76

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 01- Mapa do Município de Laranjal do Jari-AP	14
Figura 02- Pessoas passeando na Praça João da Silva Nery	16
Figura 03- Amostra de domicílios em terra firme	18
Figura 04- Domicílios construídos em alvenaria	19
Figura 05- Domicílios construídos de madeira	19
Figura 06- Vista frontal da Escola Municipal Tereza Teles	53
Figura 07- Planta baixa da Escola Tereza Teles	54

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01- Localização dos domicílios	17
Gráfico 02- Estrutura das residências	18
Gráfico 03- Sistema de saneamento básico	20
Gráfico 04- Número de moradores, por domicílio, matriculados na rede de	20
Gráfico 05- Renda média	21
Gráfico 06- Inserção no mercado de trabalho	22
Gráfico 07- Participação em programas assistenciais do Governo	22
Gráfico 08- Média de escolaridade dos pais entrevistados	56
Gráfico 09- Participação dos pais nas atividades escolares dos filhos (resposta dos pais).....	57
Gráfico 10- Participação dos pais nas tarefas escolares dos filhos (respostas dos alunos).....	58
Gráfico 11- Média de repetência dos alunos entrevistados	58
Gráfico 12- Índice de repetência dos alunos entrevistados	59

INTRODUÇÃO

Esta é uma pesquisa que tem como objetivo principal abordar sociologicamente a relação família-escola e o impacto desta no desempenho escolar de crianças das séries (1ª a 4ª) iniciais do ensino fundamental em uma escola municipal de Laranjal do Jari, Estado do Amapá.

Desde que se tem informação de ambas instituições, as mesmas têm sido objeto de estudo de diversos ramos das ciências sociais, destacando-se a Sociologia, que sempre teve como propósito procurar entender, entre outras facetas do processo de formação da sociedade, as relações entre as instituições (e outros mecanismos) cuja dinâmica esteja diretamente relacionada com tal processo formativo da humanidade.

A família tem a responsabilidade de formar o caráter, educar para os desafios da vida, de perpetuar valores éticos e morais; é uma das instituições sociais que exerce várias funções, destacando-se, entre elas, a pedagógica, uma forma de educação informal, realizada por meio da transmissão de conhecimentos culturais numa relação onde a criança aprende com os adultos valores e padrões pré-estabelecidos pela sociedade que lhes são repassados por meio das experiências do cotidiano, tornando-se, assim, uma agência socializadora.

Por outro lado, a escola, enquanto espaço sociocultural, representa um lugar de emancipação da criança em relação ao seu grupo familiar, aonde a mesma vai poder se relacionar com diferentes pessoas, estabelecendo laços que lhe possibilitem receber recursos os quais poderá utilizar no futuro. A escola propicia a socialização da criança, mas, é a família um dos maiores responsáveis pela educação e desenvolvimento dos filhos. Para que a ação pedagógica possa ser efetivada, para que possa ter eficácia, a participação direta e permanente da família é imprescindível.

Diante deste contexto, faz-se necessário uma abordagem sociológica sobre a relação entre a família e a escola no processo ensino-aprendizagem nas séries iniciais do ensino

fundamental na Escola Municipal de Ensino fundamental Tereza Teles. Vale, aqui, ressaltar que tal abordagem está ancorada na ótica ocidental, tendo como concito principal de família o modelo europeu.

O método de abordagem utilizado para este trabalho foi o hipotético-dedutivo; uma pesquisa do tipo qualitativa-descritiva, envolvendo: pais, alunos, professores, pedagogos e a diretora da escola que serviu como campo de pesquisa. A pesquisa é composta, também, pela revisão de literatura, uma criteriosa consulta bibliográfica sobre alguns dos principais autores do gênero.

Como ponto de partida, os pesquisadores se questionaram sobre qual seria o perfil da relação que a Escola Municipal de Ensino Fundamental Tereza Teles mantém com as famílias de seus alunos do primeiro segmento (1ª a 4ª série) do nível fundamental da educação básica, e o impacto direto dessa relação no desempenho escolar desses alunos?

Diante desse problema, os autores debruçaram-se sobre algumas obras de autores conceituados, como: Friedrich Engels, Eva Maria Lakatos, Marina de Andrade Marconi, Jaume Sarramona López, Albertina de Matos Chraim, Émile Durkheim e Faiani Portella, entre outros.

A segunda fase do trabalho compreende a pesquisa de campo, subdividida em três etapas ou momentos: (1) levantamento dos dados (através de observações e entrevistas), (2) tabulação dos dados e (3) análise e discussão dos resultados.

Para obedecer um sequenciamento lógico e facilitar a compreensão do leito, a pesquisa foi dividida em quatro capítulos, sendo, pela ordem de abordagem: (1) O Universo da Pesquisa; (2) Trajetória Histórica da Família; (3) A Família, o Estado e a Escola; (4) Resultados e Discussões; e (5) Considerações Finais.

O primeiro capítulo apresenta a realidade do campo de pesquisa: um breve histórico do município de Laranjal do Jari, destacando-se especialmente o bairro Agreste, onde está localizada a Escola Municipal Tereza Teles. Através de informações extraídas da 2ª Revista do Plano Diretor Participativo do Município de Laranjal do Jari/AP 2006 e de dados da pesquisa etnográfica foi possível elaborar um perfil demográfico, estrutural e sócio-econômico das famílias residentes neste bairro, cuja relevante parcela tem filhos matriculados na escola onde se realizaram as pesquisas.

O segundo capítulo traz uma breve abordagem sobre A Trajetória Histórica da Família no Mundo (Pré-história, Antiguidade, Tempos Medievais, Era Moderna e Contemporânea) e no Brasil (Colônia, Império e Republica).

O terceiro capítulo trata sobre a relação Família-Escola-Estado, enfocando o papel de cada um, os desafios da família contemporânea, a necessidade de revisão dos papéis da família e da escola e, principalmente a relação dessas duas instituições e seus reflexos sobre a aprendizagem da criança das séries iniciais da educação básica.

O quarto capítulo mostra a pesquisa de campo: o perfil da escola pesquisada, os sujeitos da pesquisa, o método aplicado e a análise e discussões dos dados.

Por último, as considerações finais, com algumas contribuições dos autores para outras pesquisas que possam aprofundar o tema, bem como subsídios para a elaboração de propostas que possam cooperar para que se torne mais positiva e mais eficaz a relação entre a família e a escola, não só especificamente onde se realizou a pesquisa, mas no município de modo geral.

Este estudo, além de oferecer um panorama sobre o papel da família, da escola e do Estado no processo ensino-aprendizagem, pode auxiliar professores, coordenadores e familiares na compreensão da importância da participação da família no processo ensino-aprendizagem, principalmente nos primeiros anos da vida escolar, pela existência de um vínculo afetivo com a família, caracterizado por certa dependência. Para que se efetue o processo educacional, é necessário que a família e a escola se aproximem e cooperem mutuamente, para que o aluno não esteja submetido a dois ambientes tão diferentes.

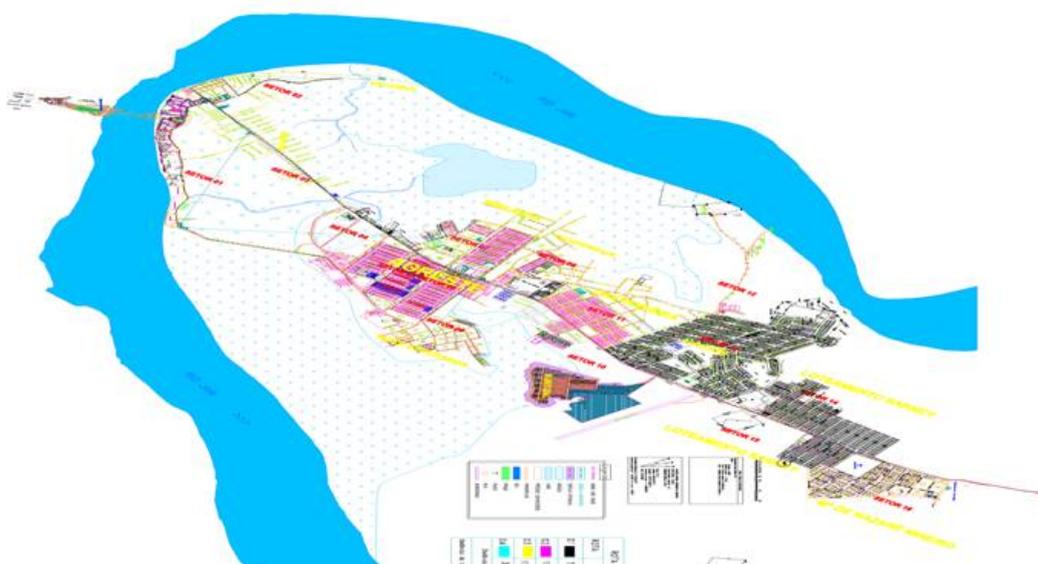
1- O UNIVERSO DA PESQUISA

1.1- Breve histórico do município de Laranjal do Jari

Criado pela Lei 7.639/87, de 17 de dezembro de 1987, o município de Laranjal do Jari é o terceiro maior – tanto em extensão geográfica quanto em contingente populacional e renda. Está localizado à margem esquerda do rio Jari, e dista da capital, Macapá, 212 km. Faz limite com os municípios amapaenses de Oiapoque, Pedra Branca do Amapari, Vitória do Jari e Mazagão, com o município paraense de Almeirim e ainda com a Guiana Francesa e o Suriname (DIAS (2005)).

Figura 01- Mapa do Município de Laranjal do Jari-AP

Fonte: 2ª Revista do Plano Diretor Participativo do Município de Laranjal do Jari/AP 2006.



Sua origem deve-se principalmente à implantação do Projeto Jari – exploração de madeira minérios, plantação de eucalipto, fábrica de celulose, plantação de arroz e criação de búfalos – no vizinho município de Almeirim, na década de 70, por iniciativa do bilionário americano Daniel Keit Ludwig. A oferta de emprego atraiu trabalhadores de todo o Brasil, com especial destaque para os paraenses e nordestinos, principalmente dos estados do Maranhão e Ceará.

Dias (2005) informa que, ao serem dispensados da empresa Jari Celulose, muitos desses trabalhadores não retornavam aos seus lugares de origem, passando a fixar residências à margem esquerda do rio Jari, em solo, portanto, amapaense. A ocupação desordenada da orla fluvial acabou tornando-se um enorme aglomerado de palafitas que, mais tarde ficaria conhecido como a maior favela fluvial da América Latina.

Devido a localização das primeiras residências, a localidade passou a ser chamada simplesmente de “beiradão”. Segundo Cristóvão Lins (2001), o nome Laranjal deve-se a um sítio que ficava mais ou menos onde, hoje, é o bairro Samaúma, no qual havia um plantio de laranjas. “Ao atravessarem o rio, algumas pessoas diziam está indo para o Laranjal do Jari” (Ibidem).

Atualmente, na condição de terceira maior cidade do Estado do Amapá, e com base em estimativas do Censo IBGE/2000¹, Laranjal do Jari possui, hoje, uma população aproximada de 42 mil habitantes, e destaca-se economicamente em dois setores: o extrativismo vegetal, com destaque para a castanha-do-pará e o açaí, e o turismo, destacando-se, na parte ecológica, as cachoeiras de Santo Antonio, popularmente conhecidas como Cachoeira de Santo Antonio, e, na parte de eventos, várias festividades religiosas de diferentes confissões, o Laranjal Verão e a Expovale Jari – feira de negócios diversos, com destaque para a pecuária, a gastronomia e o setor moveleiro.

1.2- O campo de pesquisa

Analisando dados empíricos, constatou-se que o bairro Agreste, surgiu devido a vários acontecimentos trágicos ocorridos na cidade de Laranjal do Jari. Como a cidade foi construída sem planejamento e sob palafitas, tornou-se bastante vulnerável a sinistros, como enchentes e incêndios.

¹ Ao realizar o Censo Demográfico, o IBGE apresenta estimativas sobre o crescimento futuro da população.

Após um grande incêndio na área comercial da cidade, o poder público decidiu instalar as vítimas na parte de terra firme. Assim, surgiu o bairro Agreste.

A escola pesquisada localiza-se no bairro Agreste, onde se encontram, também, os principais órgãos do poder público, como: hospital, banco, correios, fórum, cartório eleitoral, prefeitura, corpo de bombeiros, polícia militar, delegacia da polícia civil, delegacia da mulher, CEA (Companhia de Eletricidade do Amapá) e a CAESA (Companhia de Água e Esgoto do Amapá), além de várias escolas municipais estaduais. Também estão localizados neste bairro os principais hotéis e restaurantes da cidade, os grandes supermercados e as maiores igrejas. Ficam, também, no Agreste os dois principais logradouros públicos destinados ao esporte e ao lazer, são: o Estádio Municipal João Queiroga de Souza (Queirogão) e a Praça (com quadra poliesportiva coberta) João da Silva Nery.

Figura 02- Pessoas passeando na Praça João da Silva Nery

Fonte: Pesquisa de Campo



Geograficamente falando, o Agreste é o bairro mais bem localizado do município. Trata-se de uma planície atravessada, em sentido longitudinal, pela Avenida Tancredo Neves, principal ponto de ligação entre a orla do Rio Jari e o restante da cidade.

Ao longo da Avenida Tancredo Neves, além de residências, há vários prédios comerciais e alguns órgãos públicos tanto estaduais quanto municipais, incluindo escolas e o próprio gabinete da prefeita, onde funcionam, também, algumas secretarias municipais.

1.2.1- Perfil demográfico, estrutural e sócio-econômico do bairro Agreste

De acordo como o Plano Diretor Participativo do Município de Laranjal do Jari, coordenado pela Prefeitura, em 2006, este está demograficamente dividido em duas macrozonas habitacionais (ZHAB 1 e ZHAB 2), sendo o Agreste o principal bairro da ZHAB 1, que compreende ainda os bairros Nova Esperança, Prosperidade e Mirilândia.

Do ponto de vista demográfico, o Agreste é o bairro mais concorrido da ZHAB 1 e o segundo no cômputo geral do município, que, de acordo com estimativa do Censo IBGE 2000, possuiria, em 2005, uma média de 4,64 habitantes por domicílio.

(...) Nota-se, também, a grande ocorrência de prédios público-administrativos na macrozona *Agreste*, o que induz a uma urbanização positiva para esta área, já que, como dito por Neto e Amaral (2008), “... trata-se de uma área seca relativamente alta, constituída essencialmente de sedimentos vermelhos bastante ferruginosos, o que a torna excelente para a implantação de núcleos urbanos”. (2ª REVISTA DO PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO DO MUNICÍPIO DE LARANJAL DO JARI, 2006, p. 60).

Os dados estatísticos que serviram de base para as considerações a seguir, são resultados de dados extraídos do PDP (Plano Diretor Participativo) - Laranjal do Jari/AP 2006, que demonstra a realidade do bairro no qual o objeto de pesquisa está inserido.

A maioria dos domicílios que corresponde a 87,33%, estão localizados em área de terra firmes, e o restante referente a 10,66% estão situados em áreas sujeito a alagamento como mostra o gráfico a baixo e as figuras a seguir.

Gráfico 01- Localização dos domicílios

Fonte: 2ª Revista do Plano Diretor Participativo do Município de Laranjal do Jari/AP 2006.

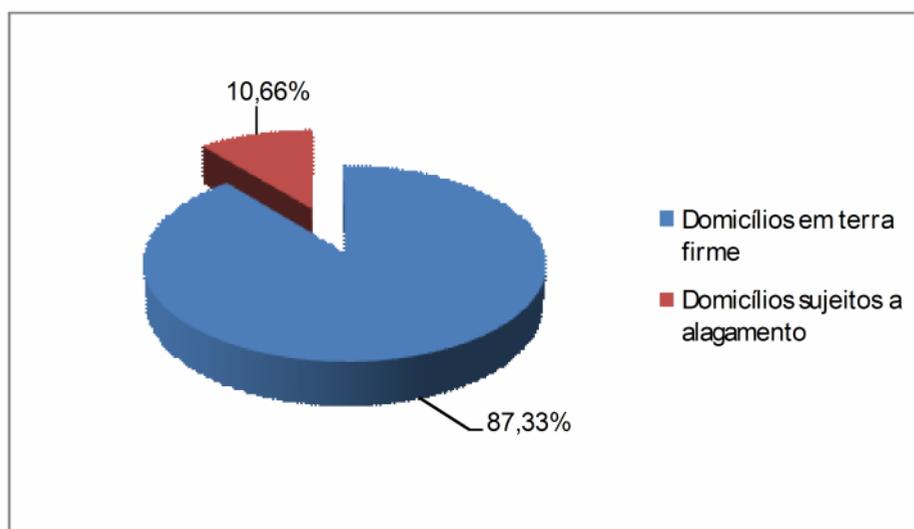


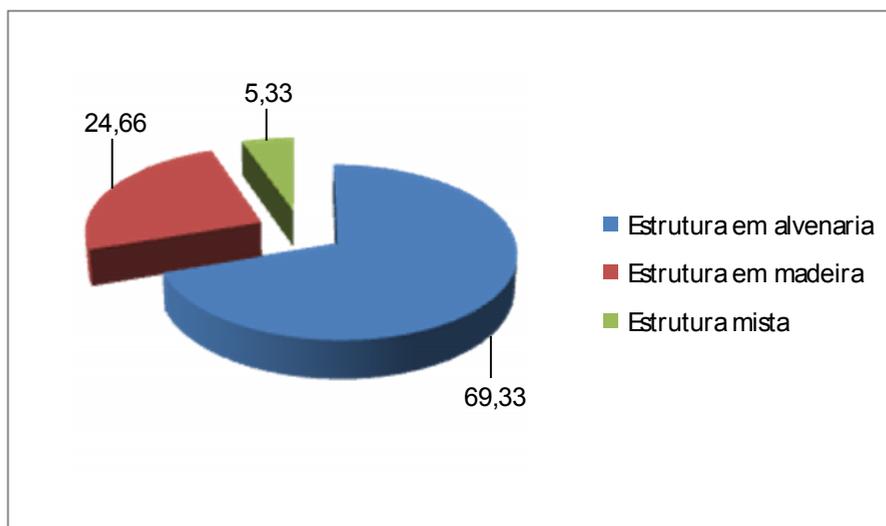
Figura 03- Amostra de domicílios em terra firme

Fonte: Pesquisa de Campo.



Gráfico 02 Estrutura das residências

Fonte: 2ª Revista do Plano Diretor Participativo do Município de Laranjal do Jari/AP 2006.



Do total de residências visitadas, 69,33% tem estrutura em alvenaria; 5,33% são mistas (alvenaria e madeira); e 24,66% são em madeira. Quanto as paredes, 60,66% das residências possuem paredes de tijolo/bloco; 7,33% possuem paredes mistas (madeira e alvenaria); e 32% possuem paredes de madeira. Quanto ao tipo de telhado, 3,33% possuem telhas de barro; 92% possuem telhas de fibrocimento; e 4,67% de outros materiais.

Figura 04- Domicílios construídos em alvenaria

Fonte: Pesquisa de Campo.

**Figura 05- Domicílios construídos de madeira**

Fonte: Pesquisa de Campo.

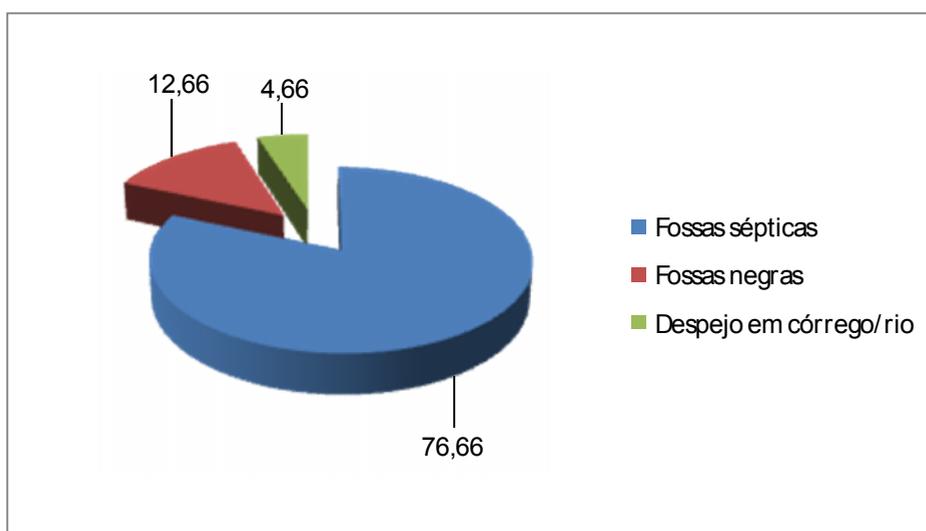


Em Laranjal do Jari/AP, como em qualquer cidade, existem pessoas que conseguem sua casa própria, e outras, não. A pesquisa aponta que 86% dos moradores do bairro Agreste residem em casa própria, 11,33%, em casa alugada, e 2,66%, em casa emprestada/cedida.

Quanto aos serviços básicos, 99,33% das casas possuem água encanada. A rede regular de energia elétrica atende a 100% dos domicílios; não há rede de esgoto, sendo a solução mais adotada o uso de fossas sépticas (76,66%), fossas negras (12,66%). O despejo em rio/córrego chega a (4,66%), e 100% dos domicílios têm coleta regular de lixo.

Gráfico 03- Sistema de saneamento básico

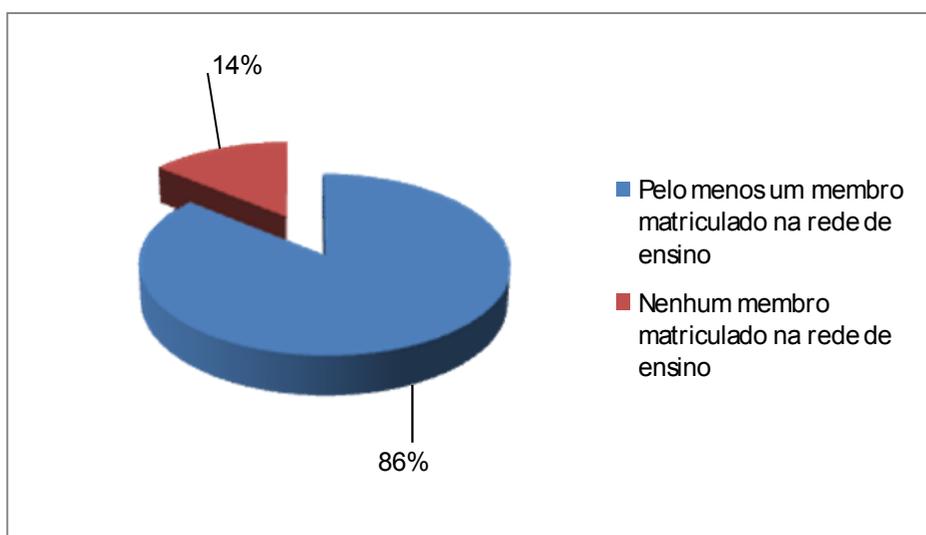
Fonte: 2ª Revista do Plano Diretor Participativo do Município de Laranjal do Jari/AP 2006.



Quanto aos moradores do bairro Agreste no que diz respeito a estarem ou não matriculados na rede na rede de ensino, dos 86% tem pelos menos 01 (um) morador matriculado na rede de ensino.

Gráfico 04- Número de moradores, por domicílio, matriculados na rede de

Fonte: 2ª Revista do Plano Diretor Participativo do Município de Laranjal do Jari/AP 2006.



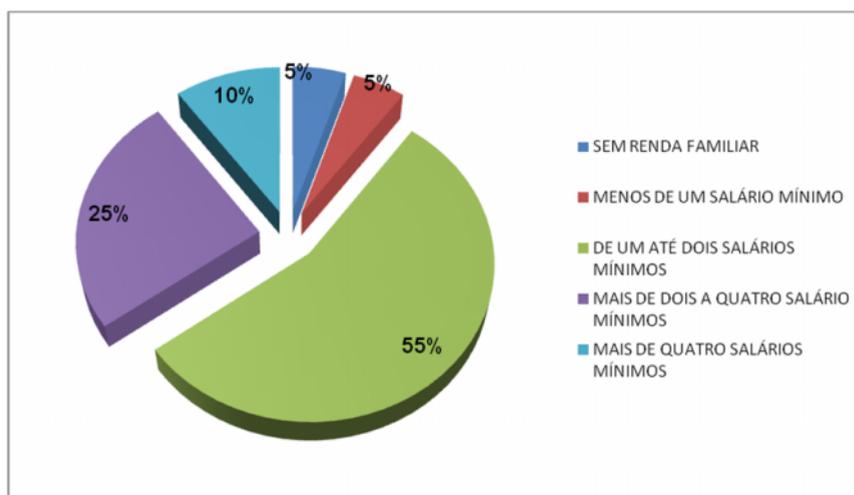
Embora a escola pesquisada não atenda única e exclusivamente alunos do bairro agreste, é deste a maioria dos alunos que a frequentam. E por ser o fator econômico uma das hipóteses dos pesquisadores quanto a influência positiva no desempenho escolar dos alunos, teve-se por bem conferir a média de renda das famílias domiciliadas neste bairro.

Diante das informações obtidas, conforme gráfico abaixo, pôde-se perceber que, embora a renda seja importante em vários aspectos da vida familiar, no caso em questão, os dados negaram que haja uma influência positiva relevante no desempenho dos alunos das séries iniciais; pois as diferenças de desempenhos entre os alunos, seguramente está associada mais diretamente a outros fatores, como, por exemplo, a participação efetiva dos pais na vida escolar dos filhos, uma vez que se verificou que a média de aproveitamento escolar mantém-se equiparada, mesmo quando se trata de alunos cuja renda familiar é proveniente apenas de programas assistências em comparação com aqueles cuja renda chega a ultrapassar dois salários mínimos.

Com isso, não há, aqui, a intenção de afirmar que dois ou pouco mais que dois salários mínimos seja o suficiente para suprir, a contento, as necessidades básicas de uma família com filhos em idade escolar, principalmente levando-se em conta o custo de vida (relativamente alto) no município de Laranjal do Jari. No entanto, caso esse (a renda familiar) fosse o fator de maior relevância no caso em lide, o desempenho dos alunos, necessariamente, teria que apresentar significativas diferenças entre os dois grupos: os mais e os menos favorecidos economicamente. A pesquisa nega essa significativa diferença.

Gráfico 05- Renda média

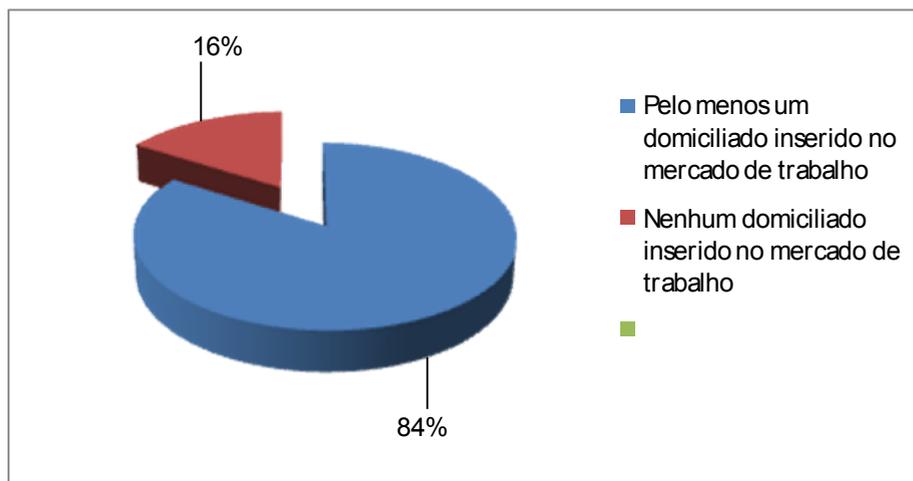
Fonte: 2ª Revista do Plano Diretor Participativo do Município de Laranjal do Jari/AP 2006.



No que se refere à inserção no mercado de trabalho, em 84% dos domicílios pesquisados, pelo menos 01 (um) morador está em atividade no mercado de trabalho.

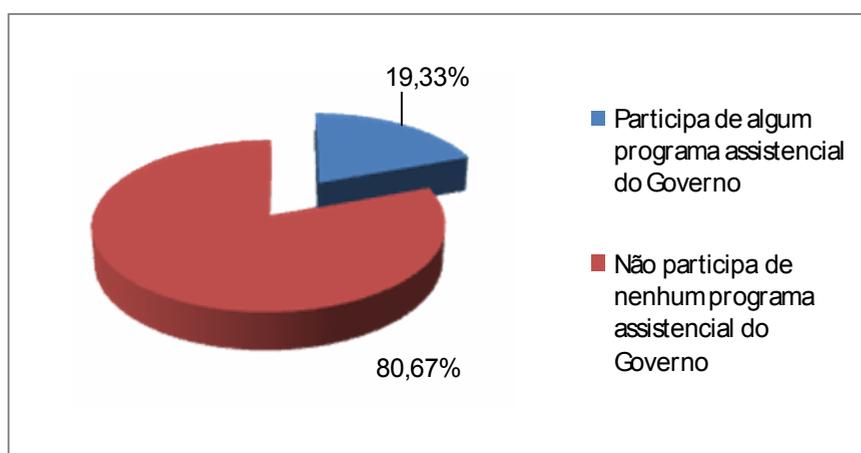
Gráfico 06- Inserção no mercado de trabalho.

Fonte: 2ª Revista do Plano Diretor Participativo do Município de Laranjal do Jari/AP 2006.



Apesar de todos os indicadores estruturais e sócio-econômicos colocarem o Agreste em relativa vantagem em relação aos demais bairros – principalmente aos da parte alagada da cidade –, a “mão controladora do Estado” é facilmente percebida através de programas assistenciais como: Bolsa-família, Luz para Viver Melhor e Renda para Viver Melhor.

Gráfico 07- Participação em programas assistenciais do Governo. Fonte: 2ª Revista do Plano Diretor Participativo do Município de Laranjal do Jari/AP 2006.



Diante do diagnóstico apresentado, o Agreste pode ser considerado um bairro “privilegiado” de Laranjal do Jari se comparado aos demais; o que não significa, nem de longe, que os moradores do mesmo sejam assistidos com as condições “ideais”, de acordo com os índices de desenvolvimento humano estipulados pelos organismos internacionais responsáveis, como, por exemplo, a ONU – Organização das Nações Unidas, e a OMS – Organização Mundial de Saúde.

É importante, dentro desse contexto, ressaltar, por exemplo, que quando se destaca a infra-estrutura do bairro Agreste, não se está, com isso, afirmando que a mesma destine-se a atender apenas os moradores deste bairro. Exemplos disso são: a praça, o campo de futebol e a escola onde se realizou a pesquisa.

Outro fator que não deve ser olvidado é que, de acordo com as observações feitas pelos pesquisadores e os dados da pesquisa de campo, essa relativa estabilidade estrutural e sócio-econômica não representa uma diferença significativa no que respeita a aprendizagem das crianças; o que leva a entender que não há, neste caso, uma associação direta entre a situação econômica da família e o desempenho escolar dos filhos. Evidentemente, não se trata de famílias ricas; no entanto, do ponto de vista econômico, a situação dos moradores do Agreste – a maioria – é visivelmente mais favorável que a dos demais bairros de Laranjal do Jari.

2- TRAJETÓRIA HISTÓRICA DA FAMÍLIA

A despeito do permanente – e, porque não dizer, radical – metamorfoseamento das instituições sociais como a igreja, a escola e a família, por exemplo, o conceito mais corrente que se tem desta última na contemporaneidade ainda é o da classificada pelos estudiosos do assunto (sociólogos, antropólogos pedagogos, etc.) como família nuclear, ou seja, um núcleo, um centro, uma minúscula comunidade, bem hierarquizada e restrita a três categorias de membros: pai, mãe e filhos – ou simplesmente filho (no singular).

No decorrer desta abordagem sociológica da relação família-escola no processo de ensino-aprendizagem, ver-se-á, porém, que tanto esse conceito quanto esse perfil de família, no Brasil e no restante do mundo, já não englobam mais a maioria dos grupos conhecidos como família nos dias atuais. Mas, no presente capítulo, o interesse dos autores não é discutir os conceitos e perfis de família da atualidade, e sim, a partir da revisão literária de alguns dos mais conceituados teóricos do gênero, apresentar, à medida do possível, em uma linha lógica e ascendente, a longa e dinâmica trajetória da família, partindo dos primeiros agrupamentos humanos de que se tem registro, passando pelas civilizações antigas, medievais e modernas, chegando à contemporaneidade.

Vale ressaltar, no entanto, que essa é uma temática cuja abordagem tem sido feita por diferentes autores e sob os mais variados enfoques, confrontando diversos métodos e técnicas, tais como: teoria *versus* empirismo, análises econômicas *versus* análises culturais, estudos diacrônicos *versus* estudos sincrônicos e abordagens quantitativas *versus* abordagens qualitativas; sem, contudo, se chegar a um conceito único de família ou ao esgotamento total do campo de estudo. Pelo contrário, esses debates proporcionam um crescimento ainda maior de todas as áreas envolvidas.

Em toda a história da formação das sociedades, a instituição familiar é considerada um grupo básico e fundamental, embora varie de estrutura e funcionamento, podendo ser encontrada em todos os agrupamentos humanos.

É na família que a criança encontra os primeiros “outros” e, por meio deles, aprende os modos humanos de existir – seu mundo adquire significado e ela começa a constituir-se como sujeito. Isso se dá na e pela troca intersubjetiva carregada de emoções – o primeiro referencial para a construção da identidade pessoal (SZYMANSKI, 2007, p. 22).

As sociedades apresentam diferentes formas de estruturação e funcionamento de seus grupos familiares, de acordo com suas regras e costumes. Historicamente, a forma dos grupos familiares se organizarem e se estruturarem vem se modificando significativamente no tempo e no espaço, conforme observa Lakatos (2009, p.171), ao afirmar que “a família, em geral, é considerada o fundamento básico e universal das sociedades, por se encontrar em todos os agrupamentos humanos, embora variem as estruturas e o funcionamento”.

Seguindo uma linha positivista, os historiadores europeus dividiram didaticamente a história em períodos ou eras, a começar pelo que se convencionou chamar de Pré-história, o que seria o período que encerra toda a produção humana anterior à escrita. Segundo Engels (2002), os trabalhos mais profícuos existentes sobre a família – ou o que viria a ser família – nesse período são os estudos realizados por Morgan.

2.1- A família na Pré-história

Durante séculos, por considerarem que nesse longo período o homem permaneceu em total ignorância e completa dependência da natureza¹, os estudiosos não se deram o trabalho de investigar de forma criteriosa as relações sociais do homem pré-histórico. Entretanto, ao analisar os trabalhos de Morgan, que dedicou sua vida à pesquisa sobre as origens da família, Friedrich Engels, resume o que ele chama de evolução do homem pré-histórico em três estágios ou estados sequenciais, os quais, por sua vez, se subdividem em intervalos (ou fases) menores sendo:

¹ Esta é uma afirmação de alguns teóricos, como, por exemplo, Morgan e Engels, não dos autores da pesquisa.

(1) *Estado Selvagem*, o que se estendera por muitos milênios e no qual, predominara a apropriação dos produtos naturais prontos para a utilização. A primeira (inferior) das três fases desse período é classificada pelo autor como infância do gênero humano. Sua forma de estruturação eram os grupos, sua principal característica era coletividade sexual, onde cada homem pertencia a todas as mulheres, da mesma maneira que cada mulher pertencia a todos os homens, e o principal progresso desse período é a linguagem articulada. (2) *Barbárie* – esse período da evolução do homem pré-histórico tem como principais características, em sua primeira fase, a introdução da cerâmica, o cultivo de produtos, e a domesticação de animais selvagens. A terceira e última fase da barbárie caracteriza-se pela fundição do ferro. Esse é um momento de transição: a passagem do Estado da Barbárie para a Civilização, marcada na história da humanidade com a invenção da escrita alfabética, correspondendo especificamente ao período industrial, que é propriamente o (3) *Estado da Civilização*.

Estado Selvagem – Período em que predomina a apropriação de produtos da natureza, prontos para serem utilizados; as produções artificiais do homem são, sobretudo, destinadas a facilitar essa apropriação. *Barbárie* – Período em que aparecem a criação de gado e a agricultura, e se aprende a incrementar a produção da natureza por meio do trabalho humano. *Civilização* – Período em que o homem continua aprendendo a elaborar os produtos naturais da indústria propriamente dita e da arte (ENGELS, 2002, p. 32).

Ainda sobre Morgan, Engels afirma que os estudos deste a respeito da trajetória histórica da família (ou, mais propriamente, das relações sexuais dos humanos) começam a partir de uma forma de relação sexual a qual considera “muito posterior” ao início da História (ou, como queiram os positivistas, da pré-história) do homem na Terra. O autor atribui a outro pesquisador (Bachofen) o mérito de ter trazido para o campo das discussões uma suposta era primitiva de promiscuidade sexual entre os humanos, na qual teria antecedido a forma “mais inferior” descrita por Morgan, que é o matrimônio por grupos

Sabemos hoje que os vestígios descobertos por ele [Bachofen] não conduzem a nenhum estado social de promiscuidade dos sexos e sim a uma forma muito posterior; o matrimônio por grupos. Aquele estado social primitivo, admitindo-se que tenha existido, pertence a uma época tão remota que não podemos esperar encontrar provas *diretas* (cic) da sua existência, nem mesmo entre os fósseis sociais, nos selvagens mais atrasados. É precisamente de Bachofen o mérito de ter posto no primeiro plano o estudo dessa questão (Ibdem, p. 36).

Assim, sendo, a humanidade pré-histórica, teria evoluído, no entendimento desses autores, de uma forma promíscua de sexo – onde cada homem mantinha relação com todas as mulheres e vice-versa –, passando pelo matrimônio de grupo, restrito a uma determinada casta ou comunidade, chegando ao casamento por pares, e, já nos tempos históricos, ao que eles consideram a “forma mais evoluída” de matrimônio, que é a monogamia, sem deixar de mencionar, no decorrer dessa evolução, outras formas, como a poligamia e a poliandria.

Nunca é demais ressaltar, no entanto, que essa divisão (Pré-história, História Antiga, Idade Média, Idade Moderna e Contemporânea) da História é meramente didática e que os conceitos apresentados em toda a historiografia convencional do Ocidente são forjados a partir da ótica do europeu colonizador, portanto, evados de etnocentrismo e estereótipos que, a partir da *Escola dos Annales* – corrente surgida na França, em 1929 –, são revisados e severamente criticados por essa nova escola de historiadores.

Frederich Engels (2002), ainda com base nos estudos de Morgan, apresenta quatro tipos de família, desde as primeiras civilizações aos dias atuais, sendo que os três primeiros se desenvolveram na Pré-história, e o quarto, a partir da Civilização.

1- Família consanguínea: considerada por Engels a primeira etapa da família, essa modalidade teria sido a forma preliminar e necessária de todos os tipos subsequentes de família. Nesse tipo, o parentesco não era, como nos dias atuais, uma barreira impeditiva para o estabelecimento de relações conjugais. Não havia entre os povos que adotaram esse tipo de relacionamento – e no entendimento de Engels, foram todos – as modernas concepções de incesto e consanguinidade. Assim sendo, entre todos os parentes (pais, filhos, avós, primos, tios, etc.) era perfeitamente aceitável o desenvolvimento de relações sexuais mútuas.

2- Família punaluana: nesse sistema, há uma considerável restrição do número de parentes próximos envolvidos em relações matrimoniais; o que, para Morgan, representou uma evolução natural – seguindo à ótica darwinista – da humanidade. Nesse novo tipo de família, a relação já não acontece mais, por exemplo, entre pais e filhos e nem entre irmãos, principalmente os chamados “irmãos uterinos”, aqueles filhos da mesma mãe. As relações matrimoniais, agora, passam a ser, no máximo, entre primos ou “punalua” – expressão havaiana que quer dizer “companheiro íntimo”.

Engels (2002) advoga ainda que esse tipo de família existiu, além do Havaí, em toda a Polinésia, não podendo, porém, ter sido demonstrado no segundo caso em função

da intervenção de missionários cristãos, que não conseguiram ver nesse tipo de relacionamento nada mais que simples abominação.

3- Família sindiásmica: esse tipo de família reduz ainda mais o círculo matrimonial, aproximando-se do tipo subsequente, que será o matrimônio monogâmico. Engels o situa no limite entre o estado selvagem e a barbárie. Segundo esse teórico, a família sindiásmica representa a evolução do casamento por grupo para as uniões por pares, nas quais, tanto o homem quanto a mulher, tinham vários parceiros/as; porém, mantinham, por longos períodos apenas um/uma como companheiro/a principal.

O grande destaque dessa fase da trajetória histórica da família é a posição e o papel exercido pela mulher, que, segundo Engels, contrapõem-se totalmente às concepções modernas da atuação feminina nesse período.

Uma das ideias mais absurdas que nos transmitiu a filosofia do século XVIII é a de que na origem da sociedade a mulher foi escrava do homem. Entre todos os selvagens e em todas as tribos que se encontram nas fases inferior, média e até (em parte) superior da barbárie, a mulher não é só livre como, também, muito considerada. (...) Povos nos quais as mulheres se veem obrigadas a trabalhar muito mais do que lhes caberia, segundo nossa maneira de ver, têm frequentemente muito mais consideração por elas que os nossos europeus. A senhora civilizada, cercada de aparentes homenagens, estranha a todo trabalho efetivo, tem uma posição social bem inferior à mulher bárbara, que trabalha duramente e, no seio do seu povo, vê-se respeitada como uma verdadeira dama (*lady, frowa, frau = senhora*) (sic) e o é de fato por sua própria posição (ENGELS, 2002, p. 52).

Até esse ponto da trajetória histórica da família, o amor sexual individual tem pouco a ver com as relações matrimoniais; e a família, uma instituição ainda extremamente frágil e facilmente dissolúvel, ainda conserva muitos dos caracteres do lar comunista – com pouca ou nenhuma privacidade – dos estágios anteriores.

2.2- A família entre as civilizações antigas

Assim como a escrita e a instituição da propriedade privada, por exemplo, a família monogâmica, segundo Engels, representa um dos marcos do

nascimento da civilização, e é o quarto tipo na linha de evolução desenvolvida por Morgan.

Esse modelo de família, embora nunca se livrando totalmente de traços característicos dos que lhe antecederam, por muitas razões que a limitação desta pesquisa não permite aqui detalhar, consolidou-se como o mais duradouro e mais universal de todos, atravessando todos os períodos da história da civilização humana e alcançando às gerações pós-contemporâneas.

A família nuclear encontra-se, em quase toda parte como tipo dominante ou como componente de famílias extensas e compostas. Do ponto de vista ocidental, com sua insistência sobre a monogamia, as unidades polígamas podem parecer estranhas ou imorais, mas o fato é que florescem amplamente (LAKATOS & MARCONI, 2009, p. 172).

Com o surgimento da família monogâmica, as relações entre o homem e a mulher e seus respectivos papéis sofrem transformações radicais. A mulher, que na família sindiásmica, gozava de considerável liberdade e exercia grande liderança, passa a ocupar papel secundário, enquanto o homem assume total domínio, mantendo a mesma liberdade de sempre. Esse tipo de família difere-se ainda das anteriores pela solidez e indissolubilidade dos laços conjugais, uma vez que a manutenção desses estava acima das vontades do casal. A decisão de unir-se em matrimônio competia aos pais dos futuros cônjuges; e a permanência desses laços estava diretamente atrelada às questões econômicas, como o aumento da propriedade e a herança. Nesse, particular, a família monogâmica resolve um problema crucial para a consolidação da propriedade privada, que é a comprovação da paternidade do futuro herdeiro; ou seja, como na família sindiásmica a mulher era livre para ter outros parceiros, dificilmente ou praticamente nunca o pai poderia afirmar com segurança que o filho era dele – isso, aliás, muito contribuía para a afirmação da mulher como figura principal na família, uma vez que a prole teria dúvida quanto à paternidade, porém, jamais quanto à maternidade.

Com a severa punição do adultério feminino, a partir da Idade Antiga, recrudescendo nos tempos medievais, o problema da comprovação da paternidade praticamente deixou de existir a partir da instituição da monogamia; monogamia esta, reconhecida por todos, prevalecente e obrigatória apenas para o

sexo feminino; pois a poligamia sempre foi consentida nas mais diferentes sociedades durante toda a antiguidade, alcançando, em não poucos casos, os tempos modernos.

Resumindo o surgimento da família monogâmica, tendo como referência a Grécia antiga, cujo modelo teria influenciado o restante do mundo, principalmente o ocidental, Engels (2002, p. 67) afirma:

Essa foi a origem da monogamia, tal como pudemos observá-la no povo mais culto e desenvolvido da antiguidade. De modo algum foi fruto do amor sexual individual, com o qual nada tinha em comum, já que os casamentos, antes como agora, permaneceram casamentos de conveniência. Foi a primeira forma de família que não se baseava em condições naturais, mas econômicas, e concretamente no triunfo da propriedade privada sobre a propriedade comum primitiva, originada espontaneamente. Os gregos proclamavam abertamente que os únicos objetivos da monogamia eram a preponderância do homem na família e a procriação de filhos que só pudessem ser seus para herdar dele. Quanto ao mais, o casamento era para eles uma carga, um dever para com os deuses, o Estado e seus antepassados, dever que estavam obrigados a cumprir.

Engels conclui sua análise sobre a evolução da família salientando o dinamismo de sua trajetória histórica e ressaltando que, ao mesmo tempo em que a monogamia representou um grande avanço histórico, significou, também, um retrocesso para o bem-estar social, à medida que legou à mulher a aviltante condição de escrava do homem e, com a consolidação da propriedade privada, introduziu o desenvolvimento de uns às custas da opressão e exploração de outros.

3.3- A família na Idade Média

A família foi à alma viva da ordem cristã medieval. Nessa época, a Igreja era a mais importante instituição; possuía grande parte da riqueza e do conhecimento; com isso, tinha uma poderosa influência sobre o modo de vida estratificado na sociedade medieval. A mentalidade do homem medieval era impregnada dos valores do cristianismo.

A principal característica da família medieval é o caráter sacramental do casamento. Portanto, família nessa época, não se entendia – como hoje – apenas o pai a mãe e os filhos, mas, sim, toda a linhagem dos ancestrais e a dos que viriam. Também são marcas dessa família, o patriarcalismo e a gradativa substituição dos laços políticos por laços consanguíneos no interior do núcleo familiar.

Ao longo da Idade Média, o vínculo da autoridade política foi paulatinamente substituído pelo da relação consanguínea. Nessa evolução teve papel determinante o cristianismo, ao identificar família com casamento e estabelecer a indissolubilidade deste, considerando também que a autoridade dos pais se exercia em nome de Deus e em benefício dos filhos (NOVA ENCICLOPÉDIA BARSA, vol. 6, 1998, p. 192).

Com o passar dos tempos, as lições dos padres e religiosos que, durante praticamente toda a Idade Média, tiveram em suas mãos o ensino primário e secundário da metade da população, não mais se encontravam como base para sustentar aquele fundamento sólido que as tradições de família devem inculcar na alma das pessoas. A família que surgiu no decorrer da civilização não mais existia.

2.4- A família moderna

Como uma instituição, a família nunca esteve imune às influências do restante da sociedade; porém, as mudanças provocadas a partir das ideias iluministas trouxeram consequências que abalaram profundamente as estruturas familiares, colocando-a numa órbita diametralmente oposta àquela dos tempos antigos e medievais.

Antes de outras considerações sobre a família moderna, é prudente ressaltar que a análise aqui apresentada encontra-se ancorada nos conceitos históricos e filosóficos do mundo ocidental, profundamente influenciado pelos princípios e ideais cristãos herdados dos tempos medievais.

A Idade Moderna ficou marcada por transformações profundas em todas as áreas da atuação humana; mas será o embate entre o dogmatismo medieval em declínio e o racionalismo iluminista em ascensão que se tornará o principal objeto dos teóricos das ciências sociais nesse período.

Em relação à família, é quase consenso geral entre os estudiosos de que a principal referência é a família burguesa, consolidada a partir do declínio do feudalismo e a concomitante ascensão do capitalismo.

Em seu artigo, “Mulher e família burguesa”, Maria Ângela D’Incao atribui à influência burguesa a configuração do modelo de família (nuclear) mais conhecido a partir dos tempos modernos.

Presenciamos ainda nesse período [sec.XIX] o nascimento de uma nova mulher nas relações da chamada família burguesa, agora marcada pela valorização da intimidade e da maternidade, um sólido ambiente familiar, o lar acolhedor, filhos

educados e esposa dedicada ao marido, às crianças e desobrigada de qualquer trabalho produtivo representavam o ideal de retidão e probidade, um tesouro social imprescindível.

Como foi dito anteriormente, e ratificado na fala de autores como: Szymanski, D’Incao, Turkenicz Faria e López, ascensão burguesa e Revolução Industrial foram fatores determinantes para a remodelação da família, transformando-a num verdadeiro núcleo, diminuindo as influências externas e, simultaneamente, aumentando a privacidade de seus membros. Mas não foram somente as famílias burguesas que adotaram essa nova configuração. Atraídas pela oferta de trabalho proporcionada pela indústria e pela nova cultura do consumo que começava a nascer junto com a formação do capitalismo, as famílias operárias também aderiram ao novo modelo. Szymanski (2007, p.48) afirma:

Mais tarde (séc.XIX e início do séc. XX), as famílias das classes trabalhadoras também acabaram adotando o modelo da família nuclear burguesa, quando foram forçadas a deixar o campo e ingressar no trabalho em indústrias nas cidades.

Os outros dois grandes acontecimentos de amplitude planetária que acabaram determinando os novos rumos da família foram as duas grandes guerras mundiais de 1914-1918 e 1939-1945, respectivamente, principalmente a segunda pelo seu incomparável poder de destruição, que ceifou a vida de aproximadamente 50 milhões de pessoas (Turkenicz, 2008).

A ausência do homem no lar durante a guerra (e milhões deles depois dela) causou um vácuo na família que não poderia ser ocupado por outra figura senão a da mulher e mãe. Uma das consequências inevitáveis desse fenômeno foi o enfraquecimento (ainda mais) do patriarcalismo e o fortalecimento da mulher como líder de família e principal influenciadora na criação dos filhos, o “maternalismo”, no dizer de Turkenicz (2006, p.15).

2.5- A família contemporânea

Do fim da segunda guerra mundial aos dias atuais, muita coisa mudou e, apesar de permanecer ainda como um referencial, a família nuclear já não é mais o único; e vários segmentos da sociedade – principalmente os diversos movimentos classistas ditos emancipatórios, como: movimentos feministas e anarquistas, por exemplo –, já questionam se esse ainda é o “padrão ideal” de família.

As concepções libertárias defendidas e promovidas por esses e vários outros movimentos sociais do pós-guerra minaram os alicerces do edifício da família nuclear, que não chegou a ruir, mas atravessou o século XX com sua estrutura seriamente comprometida. Turkenicz (2006, p.34) ressalta:

Desde a despatologização da homossexualidade e da masturbação até o direito à parentalidade em uniões homossexuais, gerou-se um mal-estar, um temor de que os valores tradicionais da família estejam prestes a desaparecer. Registra-se uma tendência a diminuir substancialmente o poder patriarcal. Alguns sinais desta decomposição estão indicados pelas famílias monoparentais, reconstituídas, geradas em laboratórios, homoparentais e demais variações sobre o tema.

A família contemporânea tem uma historicidade de constituição caracterizada pelas relações primárias de parentesco, pai, mãe e filhos, em um espaço progressivamente “privado”. Contudo, os membros da família têm interesse maior em estar juntos, compartilhando a intimidade promovendo, dessa forma, a sensibilidade à qualidade de suas relações.

Nesse modelo de família, percebe-se certo paradoxo. Há uma enorme preocupação de seus membros em manter os laços relacionais; mas a busca pela autonomia libera o indivíduo do grupo doméstico, enfraquecendo, desta forma, o comunismo até então predominante dentro da família e, em contra partida, cresce o individualismo entre seus membros. Cada um busca a mágica que lhe permite ser livre junto, onde o ideal é a alternância entre um “eu sozinho” e um “eu com um grupo”. Essas divergências se acentuam, consolidando-se, e, como elas são o cerne da personalidade individual, esta vai necessariamente se desenvolvendo e cada um segue construindo sua própria fisionomia, sua maneira pessoal de agir e sentir.

A compreensão de Singly (2007) sobre a família contemporânea é de que esta se apresenta de forma paradoxal, é na tensão entre esses dois pólos que se constroem e se desfazem os laços familiares contemporâneos, onde cada um segue buscando alternativas para ser livre. O paradoxo na família moderna no que diz respeito ao espaço é um momento delicado de transição no qual o espaço privado vai ampliando-se até atingir a esfera pública através do crescimento das afetividades das relações intrafamiliares.

Nesse contexto, destaca-se a relevante interferência do Estado que, através de sua legitimidade segue, garantindo certas condições de funcionamento e regularizando interesses voltados, principalmente, para a criança e o adolescente, os quais, mais do que

nunca, são apontados pelo Estado como justificativa para essas intervenções. As preocupações sanitárias e educativas servem para legitimar a conduta dos pais. O pai não é mais o chefe incontestável da família, a família já não é mais patriarcal. “A privatização incontestável da família moderna é, de alguma forma, uma ilusão porque é acompanhada de uma grande intervenção do Estado e das instituições” (Singly, 2007. p. 33).

A família contemporânea é um modelo de família que se caracteriza como um grupo regularizado pelo amor, no qual os adultos estão a serviço do grupo e principalmente das crianças, os modelos de família contemporâneos seguem as mesmas perspectivas, na medida em que a lógica do amor se impôs ainda mais; as pessoas estão interligadas por meio de sentimentos recíprocos, os cônjuges agora só ficam juntos se houver amor, os pais tendem a dar mais atenção às crianças.

Atualmente as famílias distinguem-se pela ênfase que dão ao processo de individualização. O elemento central não é mais o grupo reunido, mas os membros que o compõem. Segundo Chraim (2009), há diferentes tipos de estrutura familiar, mas ressalta que não importa quantos membros compõe a família ou se são pais biológicos ou “do coração” (adotivos), se vivem com os pais ou avós, o que importa é a qualidade dos laços afetivos.

2.6- Contexto histórico da família no Brasil

Autores como Gilberto Freyre, Capistrano de Abreu, Sérgio Buarque de Holanda, Hebe Castro, Sheila de Castro Faria, D’Incao e Mary Del Priore, entre outros, defendem que a família brasileira foi constituída no período colonial, a partir do modelo de família patriarcal tradicional, a espinha dorsal da sociedade portuguesa, que desempenhava os papéis de procriação, socialização, administração econômica e direito político.

A família patriarcal de cultura exclusivamente portuguesa não se compunha somente de marido, mulher e filhos, mas agregava um verdadeiro clã, podendo ser descrita como um extenso grupo composto pelo núcleo conjugal e prole legítima, incorporando-se como membros da família; esposa, filhos, afilhados, concubinas, agregados, parentes, padrinhos, compadres, comadres, bastardos, escravos dependestes e ex-escravos. Uma verdadeira legião de pessoas submetidas à autoridade indiscutível do patriarca, como nos informa D’Incao (2006, p. 223): “A chamada família patriarcal brasileira, comandada pelo pai detentor de enormes poderes sobre seus dependentes, agregados e escravos, habitava a casa-grande e dominava a senzala”.

De acordo com a história da formação das sociedades humanas, a sociedade brasileira teve início com a mistura das três etnias (indígena, européia e africana), a partir da colonização portuguesa e, em especial, com a instalação da família imperial e seus agregados no Brasil, trazendo consigo toda uma tradição da época, transplantando seu modelo socioeconômico e cultural, prevalecendo principalmente seu modelo de família patriarcal e a forma de governo monárquico até que uma nova conjuntura social surgisse. Freyre (2006, p. 65), comentando a imposição do colonizador português, destaca: “(...) as condições, a estabilidade patriarcal da família, a regularidade do trabalho por meio da escravidão, a união do português com a mulher índia, incorporada assim à cultura econômica do invasor”.

O patriarca era o grande senhor rural detentor das riquezas, das terras, dos escravos e também do mundo político, era um homem temido, pois encarnava no coração e na mente de seus comandos todas as virtudes e qualidades possíveis a um ser humano; era ele que presidia a única ordem perfeita da sociedade do mundo fechado da casa grande: a organização familiar.

Sérgio Buarque de Holanda, comentando a extensão do pátrio poder brasileiro nos tempos coloniais, explica que o alcance deste era tanto que extrapolava os limites do seio doméstico, chegando a interferir mesmo nas questões de competência do Estado.

Nesse ambiente, o pátrio poder é virtualmente ilimitado e poucos freios existem para sua tirania. (...) O quadro familiar torna-se, assim, tão poderoso e exigente, que sua sombra persegue os indivíduos mesmo fora do recinto doméstico. (...) Representando, como já se notou acima, o único setor onde o princípio de autoridade é indisputado, a família colonial fornecia a ideia mais normal do poder, da respeitabilidade, da obediência e da coesão entre os homens. O resultado era predominarem, em toda vida social, sentimentos próprios à comunidade doméstica, naturalmente particularista e antipolítica, uma invasão do público pelo privado, do Estado pela família (HOLANDA, 1998, p. 82).

Esse modelo familiar caracterizava-se principalmente pela “casa grande”, o coração e cérebro das poderosas fazendas de engenho, símbolo desse tipo de organização. O sistema de parentesco era a forma pela qual os indivíduos se reconheceriam no mundo. A família patriarcal era o mundo do homem por excelência, no qual as mulheres e crianças não passavam de seres insignificantes e amedrontados. Predominava nesse contexto um universo masculino, onde os homens dispunham de infinitas regalias e privilégios, permitindo-se em aventuras com criadas e ex-escravas; e os filhos mais velhos também tinham certos privilégios e se sobressaíam sobre os mais novos.

Nesse contexto, por mais exaltado que fosse o papel da mãe, havia uma grande sombra sobre esta figura. Era uma senhora da elite, respeitada e muito influente no interior da casa grande, mas envolvida numa aura de castidade e resignação, seu papel era destinado à procriação e obediência aos mandos e desmandos do patriarca. Esse autoritarismo impedia que as mães ficassem com seus filhos quando criança, eles eram entregues às amas de leite, que eram as preceptoras e governantas.

Todavia, sobrava tempo para que as mães supervisionassem os trabalhos domésticos e se dedicassem à prática da leitura. Até mesmo os laços de parentesco ficavam restritos. Desse modo, a mulher perdia a consangüinidade de sua própria família de origem, adotando a família do esposo.

Apesar dessas constatações sobre o modelo (patriarcal) de família dominante ainda nos tempos do Império brasileiro, é justo ressaltar dois pontos importantes: a presença do matriarcalismo, reconhecido, inclusive pelo próprio Gilberto Freyre,

Mas através de toda a época patriarcal – época de mulheres franzinas o dia inteiro dentro de casa, cosendo, embalando-se na rede, tomando o ponto dos doces, gritando para as molecas, (...) houve mulheres, sobretudo senhoras de engenho, em quem explodiu uma energia social, e não simplesmente doméstica, maior que a do comum dos homens. Energia para administrar fazendas, como as Das. Joaquinas do Pompeu, energia para dirigir a política partidária da família, em toda uma região, como as Das. Franciscas do Rio Formoso; energia guerreira, como as das matronas pernambucanas que se distinguiram durante a guerra contra os holandeses, não só nas marchas, para as Alagoas e para Bahia, pelo meio das matas e atravessando rios fundos, como em Tejucupapo, onde é tradição que elas lutaram bravamente contra os hereges. (...) Várias famílias guardam tradições de avós quase rainhas que administraram fazendas quase do tamanho de reinos. Tais mulheres, que na administração de fazendas enormes, deram mostras de extraordinária capacidade de ação (...), mostraram-se capazes de exercer o mundo patriarcal quase com o mesmo vigor dos homens. Às vezes com maior energia do que os maridos já mortos ou ainda vivos porém dominados, excepcionalmente por elas (FREYRE, 2004, p. 209-210).

e a diversidade de configurações de família, embora prevalecendo na maioria absoluta delas o patriarcalismo, como nos informa Corrêa *apud* Faria (1997, 254-5):

A autora [Mariza Corrêa], partindo da multiplicidade da ocupação social e econômica do território brasileiro, que configurava um universo bastante complexo, conclui que não seria possível reduzir a família ao quadro estático do grande engenho. Se a família patriarcal dominava, em termos ideais, outras formas de organização familiar estavam presentes e não poderiam ser desconsideradas.

Até meados do século XIX, a casa grande era o modelo perfeito do fechado mundo patriarcal, onde a família, devidamente constituída, tem por elementos orgânicos a honra, a fidelidade, a benquerença, a disciplina e o sacrifício. A unidade da família deveria ser preservada a todo custo, por isso, eram comuns os casamentos entre parentes ou casamentos por interesse, para manter a fortuna do clã e suas propriedades indivisíveis e sempre sobre a chefia do patriarca.

O mundo patriarcal se resumia na austeridade da casa grande, cercada pelos cafezais e terreiros onde ecoavam as ordens dos capatazes e o burburinho dos escravos; mas, com o passar do tempo, abrir-se-iam novos horizontes, e a casa grande tornar-se-ia um espaço não mais suficientemente capaz de suprir todas as necessidades da família do grande latifundiário. Esse mundo se ampliaria e o patriarca se veria obrigado a mudar-se com sua família para um palacete da capital, em busca de ascensão para os seus e a se relacionar com outros elementos externos ao seu clã.

Mesmo com a saída da família patriarcal da grande fazenda para o centro urbano, o autoritarismo sobre seu clã prevalece não mais por muito tempo, mas a mulher continuará com seu espaço limitado pelo seu marido, exercendo somente o papel de coordenadora do lar supervisionando o trabalho doméstico dos escravos.

Nesse momento de transição em uma organização familiar na qual não existiam ricos nem pobres, onde todos participavam de tudo na casa grande, começa então uma divisão social. Pois, aquele fazendeiro poderoso que detinha o poder da região, precisou de algo a mais para ser reconhecido e respeitado pelos novos membros na cidade grande.

Começa, então, a partir desse momento, um processo de transformação na organização social. O grande fazendeiro fará investimentos em outras atividades na capital, tornando-se, também, um empresário. Diante desse contexto, percebe-se certa desigualdade social naquele universo que parecia imutável da casa grande. Para aqueles parentes que não acompanharam o patriarca para os centros urbanos, as desvantagens em relação aos primos da capital ficam visíveis.

Na medida em que o fazendeiro amplia cada vez mais seu capital, tornando-se um grande empresário, os parentes que ficaram na fazenda já não eram mais vistos da mesma forma, e sim como os parentes pobres do interior, que cada vez ficavam mais pobres.

O processo de urbanização e industrialização da sociedade no século XX, juntamente com o fenômeno da imigração, fizeram com que o controle da produção passasse gradualmente da família para os empresários capitalistas e para o Estado, acarretando, desta

forma, o enfraquecimento das relações de parentesco, a redução do tamanho da família e, principalmente, a diminuição do poder do pai e do marido

Outro fator relevante para esse enfraquecimento foi a inserção da mulher no mercado de trabalho¹. Dessa forma, aos poucos, ela foi conquistando sua autonomia econômica e social. Mais tarde, esse campo tomou outras proporções, elevando a figura da mulher na sociedade moderna.

A industrialização foi à alavanca para o avanço do progresso no país. Contudo, houve a necessidade da criação de uma nova conjuntura que acompanhasse o progresso com organização. Nos primeiros anos da República, a família patriarcal começa a mostrar sinais de fraqueza total, influenciada por fatores externos que a conduziria a um novo modelo familiar, caracterizado principalmente pela restrição de seus membros. Com a nova conjuntura governamental, na qual as forças do Estado far-se-iam valer, ocorreria, concomitantemente, a transformação na estrutura familiar.

Significativas mudanças ocorreram na sociedade brasileira: a transformação da sociedade rural para uma sociedade de bases industriais, assim como suas implicações de mobilidade social, geográfica e cultural, aceleraram as transformações igualmente marcantes na estrutura do modelo tradicional de família.

Este novo modelo de organização social caracteriza-se não mais por um grupo extenso; mas por: uma unidade restrita de elementos, composta somente pelo marido, esposa e filho(s) consangüíneos ou adotados; controle da fertilidade; residência comum – mesmo os pais não sendo casados na forma da lei, sua união deve ser reconhecida pelos outros membros de sua sociedade recebendo o nome de concubinato –; cooperação de todos e, principalmente, pela inserção da mulher no mercado de trabalho. Esse modelo é denominado família nuclear/elementar.

¹ A expressão “a inserção da mulher no mercado de trabalho”, comumente empregada pelos autores que tratam das relações de gênero e trabalho é entendida pelos autores da pesquisa como uma menção exclusiva à exploração da mão-de-obra feminina fora do ambiente do seu lar; pois entendem que esta sempre esteve no “mercado de trabalho” se considerarmos que as atividades domésticas são, sim, trabalho, e muito trabalho.

3- A FAMÍLIA, A ESCOLA E O ESTADO

Antes da abordagem propriamente dita deste capítulo, faz-se necessário ressaltar que é consenso entre a maioria dos estudiosos das ciências sociais quanto à longa demora para que a família – principalmente sua atuação enquanto instituição social e política – entrasse na pauta dos assuntos de interesse dos pensadores contemporâneos; sendo, portanto, a produção científica nesse campo relativamente recente e extremamente diversa, o que dificulta, sem dúvida, o delineamento de tal abordagem, principalmente pela brevidade da mesma.

Em defesa da assertiva acima, pode-se evocar, entre outros, nomes como: Sheila de Castro Faria:

Na década de 1950, apareceram alguns trabalhos sobre a família ocidental, mas foi a partir da década de 1960 que ela se constituiu numa área de pesquisa histórica, com inúmeros trabalhos sendo publicados, principalmente a partir de 1970. Sua história é, portanto, relativamente recente (...) Antes da década de 1950, os estudos sobre a família, como se entende hoje, praticamente não existiam, restringindo-se a análises genealógicas, quase sempre de grupos de elite, e baseados em fontes subjetivas. A vida familiar da grande massa da população não era contemplada. Foi com o desenvolvimento da demografia histórica, basicamente francesa, na década de 1950, com a utilização dos registros de batizado, casamento e óbito, e a criação de técnica de reconstituição de famílias, que os primeiros resultados surgiram (FARIA, 1997, p. 243-4),

François de Singly:

As pesquisas sobre as práticas e comportamentos familiares nem sempre foram um objeto de estudo caro aos antropólogos, excetuando-se os tradicionais estudos de parentesco. Ainda que os fundadores do pensamento sociológico tenham se debruçado sobre o estudo da família e a tornassem um dos objetos a serem observados na amplitude das variações decorrentes das revoluções política e industrial, foi preciso esperar os anos de 1960 para que os pensadores

contemporâneos recomencessem a se interessar pelas relações familiares (SINGLY, 2007, p. 09)

e Geraldo Romanelli:

No Brasil, ainda não logramos desenvolver uma tradição de estudos sobre o tema das relações que as famílias mantêm com a escolaridade dos filhos. Ao longo das décadas de 1980 e 1990, em quatro números temáticos de periódicos científicos de circulação nacional da área de Educação ou de áreas afins, dedicados ao assunto, encontramos apenas três artigos (sobre um total de 37) abordando a família em suas relações com a vida escolar dos filhos. (ROMANELLI et al, 2000, p. 09).

Durante séculos, a família foi tida como um fenômeno meramente biológico de conservação e reprodução; mas, com o passar do tempo, esse processo sofreu considerável evolução, transformando-se em um processo social. E é esse o aspecto que interessa aos e é analisado pelos autores desta pesquisa no presente capítulo.

3.1- A família enquanto instituição social e cultural

Como já foi observado, nunca existiu nem atualmente existe, um padrão universal de família. Esta se difere tanto no tempo quanto no espaço e se modifica à medida que se modifica a sociedade na qual está inserida – ou será exatamente o contrário? Na verdade, entre tantas, essa é mais uma das controvérsias envolvendo a família e o seu papel social e político a respeito da qual os pensadores não conseguem estabelecer consenso.

Exemplificando:

As especificidades inglesas (...) possibilitaram que Wrigley e, posteriormente, Macfarlane levantassem como hipótese o fato de ter sido a família conjugal e individualista a contribuir, de certa forma, para a Revolução Industrial inglesa, e não o contrário, como consideravam quase todos os estudiosos (FARIA, 1997, p. 249-50),

A família nuclear foi a configuração hegemônica durante boa parte do século XX. (...) Promovida pela modalidade industrial de produção, foi ganhando hegemonia ao longo do século XIX. Essa família nuclear, tendo o pai como figura central, foi experimentando modificações (...) (PORTELA & FRANCESCINI, 2008, p. 12).

Como ficou claramente demonstrado nas citações supras, quando o assunto é a influência da família sobre a sociedade e vice-versa, as interpretações (e opiniões) frequentemente divergem, quando não se opõem.

Por outro lado, é grande o consenso quando a pauta é a assertiva de que a família, mais que um núcleo constituído por laços sanguíneos e/ou contratos jurídicos, é uma comunidade social, produtora de cultura, formação política e impregnada de valores, éticos, morais, afetivos e emocionais capazes de moldarem e mudarem, para a vida inteira, a conduta daqueles que a pertencem.

Praticamente todas as referências consultadas no decorrer da presente pesquisa apontam para a realidade de que as famílias, embora cada uma com suas peculiaridades, apresentam em sua configuração um conjunto de elementos (princípios, normas, crenças, costumes, etc.) capazes de assegurar sua formação enquanto instituição independente, com propostas e objetivos próprios. Ou seja, a família, independentemente do tipo, tamanho, nível de instrução ou posição econômica, é, sim, uma instituição produtora de cultura.

A família é a principal responsável pela alimentação e pela proteção da criança, da infância à adolescência. A iniciação das crianças na cultura, nos valores e nas normas de sua sociedade começa na família. Para um desenvolvimento completo e harmonioso de sua personalidade, a criança deve crescer num ambiente familiar, numa atmosfera de felicidade, amor e compreensão (DECLARAÇÃO MUNDIAL SOBRE A SOBREVIVÊNCIA, A PROTEÇÃO E O DESENVOLVIMENTO DA CRIANÇA NOS ANOS 90, 1994).

A família é, sem dúvida, a primeira sociedade da criança. É em seu seio que ela aprende (ou deveria aprender) os primeiros rudimentos de todos os aspectos da vida em sociedade.

Quando a criança nasce, é inserida em um universo onde encontra uma verdadeira engrenagem em funcionamento, nesse momento ela tende a aprender normas, regras e procedimentos dessa engrenagem (sociedade) interagindo para a construção e transformação de sua identidade no decorrer de toda sua vida. “É na infância que essa orientação se faz de um modo mais efetivo, porque a flexibilidade de uma criança na formação de condutas é muito maior que a do adulto (...)” (OLIVEIRA, 2007, p. 24).

3.2- A família e o Estado

Durante toda a pré-história e parte da antiguidade, a família reinou absoluta como o único grupo social responsável pela formação do ser humano e pela transmissão às futuras gerações de todo o legado cultural acumulado pelas gerações anteriores.

Mas, com o surgimento do Estado, o poder e a influência da família já não são os mesmos. Uma das consequências naturais do surgimento do Estado foi a diminuição da privacidade da família, a qual passa a ser regida não apenas pelo poder dos pais, mas, também, pelas leis do Estado.

Parece evidente que o papel da família na socialização infantil está diminuindo cada vez mais. Para Talcott Parson, sociólogo americano dos anos 1950, “funcionalista”, a família moderna perdeu muito das funções anteriores, assumidas por outras instituições. Resta-lhe, principalmente, incumbir-se da construção da personalidade das crianças e da estabilização dos adultos. (...) Nessa perspectiva, tudo aquilo que uma instituição toma para si como responsabilidade é retirado da família; por sua vez, esta observa, desolada, a redução das suas atribuições (SINGLY, 2007, p. 44).

Como consequência da diminuição da autoridade da família, também diminuíram as suas atribuições, como afirma a citação anterior. Uma das principais atribuições do Estado passa a ser a de regulador e controlador de toda a sociedade, como informa Lakatos & Marconi (2009, p. 191), citando Biesanz & Biesanz: “O governo moderno, portanto, não só regula, protege e controla os cidadãos, como também auxilia, apóia, guia, ensina e os informa de acordo com o consenso ideológico básico da sociedade”.

Comentando o controle exercido sobre os homens pelo Estado, desde sua origem entre os gregos, Engels (2009, p. 114) afirma que: “a principal mudança foi a instituição de uma administração central em Atenas; parte dos assuntos que até então eram resolvidos independentemente pelas tribos foi declarada de interesse comum e transferida ao conselho geral, sediado em Atenas”.

Uma das formas pelas quais o Estado garante esse controle é através de seus instrumentos jurídicos, como as leis e similares, como portarias, decretos, etc. No Brasil, por exemplo, essa intervenção é visível através das diversas leis que determinam as atribuições da família, principalmente quanto à formação educacional de seus descendentes (filhos).

Essa responsabilidade é determinada não somente pelos dispositivos constitucionais, mas em outras fontes legais que ratificam e explicitam esta obrigatoriedade.

A Constituição Federal, em seu artigo 205, (2006, p. 57) determina que:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

A Lei (9394/96) de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (2000, p. 17), em seu Art. 1º, diz que:

A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

O Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA – Lei nº 8.069/90, em seu artigo 4º (2005, p. 13), assegura:

É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, a alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e a convivência familiar e comunitária.

Fica, portanto, claro a estreita relação de cumplicidade entre o Estado e a família quanto ao processo de educação do ser humano, tendo cada um suas atribuições específicas.

3.3- A Família e a Escola

Há duas formas de socialização: a transmissão de conhecimentos que surgem espontaneamente da própria necessidade de se viver em sociedade, denominada de educação assistemática, informal, não intencional ou até mesmo educação existencialista, por estar intimamente ligado a vida. A criança desde cedo passa a ter conhecimento do acervo de experiências de outras pessoas pela observação ao comportamento dos mais velhos. É ação exercida por meio da observação dos mais jovens em relação às atividades realizadas pelos adultos, havendo certa distinção de aprendizagem entre gêneros em relação às atividades destinadas especificamente aos homens quanto às específicas para mulheres.

A segunda forma de socialização é a transmissão de conhecimentos que tem por objetivo predominante suscitar e desenvolver certo número de estados físicos, morais e intelectuais no indivíduo; esta é denominada educação sistemática.

A educação é a ação exercida pelas gerações adultas sobre as gerações que não se encontram ainda preparadas para a vida social; tem por objeto suscitar e desenvolver na criança certo número de estados físicos, intelectuais e morais reclamados pela sociedade política, no conjunto, e pelo meio moral a que a criança particularmente se destina (DURKHEIM, 1978, p. 41).

Para Lakatos (2009), a educação sistemática é uma ação menos complexa que a assistemática, limita-se apenas a transmissão de determinados legados culturais. São

escolhidos dentro da própria cultura, alguns elementos considerados relevantes para serem transmitidos de forma sistematizada em um espaço apropriado (escola), e por pessoas especializadas (professores) no ajustamento individual e social.

Segundo Oliveira (2007), as escolas apareceram para satisfazer os anseios e os interesses da aristocracia; era um local exclusivo para o lazer onde as pessoas de posse davam-se o luxo de fazer exercícios intelectuais sem que fossem visados outros resultados que não o enriquecimento mental.

A princípio, a escola destinava-se especificamente às pessoas de determinadas classes, como os nobres, militares e artesãos, com objetivo de especializar esses cidadãos nas missões e ofícios que desempenhavam. Os especialistas destinados a transmissão dessas novas técnicas culturais eram aqueles elementos de classes dirigentes que se dedicavam ao serviço do culto e as práticas religiosas (sacerdotes), os quais organizaram, então, os primeiros cursos intencionais. Estava fundada, assim, a escola.

(...) A característica singular dessas sociedades letradas é que a arte de ler e escrever não era ligada estritamente a educação - ficava a cargo de escribas especificamente preparados para tais funções, geralmente a serviço das classes altas; e as atividades “nobres” estavam ligadas, freqüentemente, a prática religiosa (Lakatos, 2009, p. 233).

Analisar a escola como espaço sócio-cultural significa compreendê-la na ótica da cultura sob o olhar mais denso, que leva em conta a dimensão do dinamismo, do fazer-se cotidiano, levado a efeito por homens e mulheres, trabalhadores e trabalhadoras, enfim, alunos e professores, seres humanos concretos, sujeitos sociais e históricos. A escola tem a função de resgatar o papel ativo dos sujeitos, na vida escolar e social, enquanto instituição.

A escola como espaço sócio-cultural, é entendida, portanto, como um espaço social próprio, ordenado em dupla dimensão. Institucionalmente, por um conjunto de normas e regras, que buscam unificar e delimitar a ação de seus sujeitos. Cotidianamente, envolve uma complexa rede de relações sociais entre os sujeitos envolvidos, incluindo momentos harmoniosos e conflituosos, imposição de normas e estratégias individuais ou coletivas de transgressões e de acordos; um processo de apropriação constante dos espaços, das normas, das práticas e dos saberes que dão forma à vida escolar.

Dessa forma, o processo educativo escolar recoloca a cada instante a reprodução do velho e a possibilidade da construção do novo, e nenhum dos lados pode antecipar uma vitória completa e definitiva. Nessa perspectiva, nenhum indivíduo nasce

homem, mas constitui-se e se reproduz como tal, dentro do projeto de humanidade do seu grupo social num processo contínuo de passagem da natureza para a cultura; ou seja, cada indivíduo, ao nascer, vai sendo construído e vai se construindo enquanto ser humano.

A escola é vista como uma instituição única, com os mesmos sentidos e objetivos, tendo como função garantir a todos o acesso ao conjunto de conhecimentos socialmente acumulados pela sociedade. Tais conhecimentos, porém são reduzidos a resultados e conclusões, sem se levar em conta os valores determinantes do processo de ensino/aprendizagem. Esse processo exige uma homogeneidade de ritmos, estratégias e propostas educativas para que todos, independentes de origem social, da idade, das experiências vivenciadas, tenham acesso ao conhecimento.

É a Revolução Industrial que força a democratização do ensino. Se antes as escolas eram típicas da classe alta, a necessidade de conhecimento para a invenção, aperfeiçoamento e manejo de máquinas cada vez mais complexas leva a educação a tornar-se “um conjunto complexo de instituições de amplo significado social”, cada vez mais extensível a outras classes da sociedade (LAKATOS, 2009 p. 223).

O campo educativo onde os jovens se inserem como habitat de uma sociedade complexa, urbana e industrial, apresenta uma ampla diversidade de experiências, marcadas pela própria divisão social do trabalho e das riquezas, o que vai delinear as classes sociais. Constitui, a princípio, dois conjuntos culturais básicos numa relação de oposição complementar e expressam uma das dimensões da heterogeneidade cultural na sociedade moderna: a oposição cultural erudita x cultura popular.

A diversidade cultural, no entanto, nem sempre pode ser explicada apenas pela dimensão das classes sociais. É preciso levar em conta uma heterogeneidade mais ampla, fruto da coexistência, harmônica ou não, de uma pluralidade de tradições cujas bases podem ser ocupacionais, étnicas, religiosas ou outras que fazem com que os indivíduos possam articular suas experiências em tradições e valores construindo identidade cujas fronteiras simbólicas não são demandadas apenas pela origem de classe. “Nas sociedades civilizadas, a educação assistemática não basta. A divisão do trabalho e a extrema especialização exigem que as pessoas passem pelos bancos escolares, onde recebem educação sistemática” (Oliveira, 2007 p. 15).

Nessa transmissão de aprendizado direta de uma geração para outra não havia lugar para escola, estabelecia-se uma relação na qual havia um responsável para socializar os jovens da mesma faixa etária por um logo período de tempo desvinculando-se de

suas famílias. Esse processo de transmissão acabava por afastar as crianças de suas famílias, quebrando certos laços afetivos pelo fato de passarem maior parte de sua infância e adolescência em internatos.

Hoje, a escola exerce uma importante influência na vida da criança, desde o nascimento até a adolescência, e mesmo na pós-adolescência. Com a desvalorização dos internatos, a escola foi um mecanismo que serviu para trazer as crianças de volta para suas famílias, “(...) Graças à escola, a criança é “entregue” à sua família: “como se a família moderna nascesse ao mesmo tempo, que a escola ou pelo menos o hábito geral de educar (...)” (Singly, 2007. P. 46.)

A família, especialmente os pais, ocupa um importante papel na mudança do comportamento de seus filhos; pois, ao nascer, são condicionados a realizar ações coercitivas, aprendendo, dessa forma, as regras de comportamento do grupo que nasceu. As instituições sociais como a família, a igreja e até mesmo os meios de comunicação de massa exercem influência sobre as crianças, mas as escolas, mais do que qualquer outra instituição, encontram-se previamente organizadas para familiarizar as crianças com sua herança cultural.

Diante deste contexto, percebe-se a necessidade de uma harmonia contínua entre as instituições especificamente escolar e familiar, para o bom desenvolvimento escolar e social da criança. Escola e família precisam uma da outra para atingirem seu principal objetivo: fazer com que a criança aprenda para ter um futuro melhor e, assim, construir uma sociedade mais justa e digna para se viver.

(...) É uma ilusão pensar que educamos nossos filhos como queremos. Somos forçados a seguir as regras estabelecidas no meio social em que vivemos (...) estamos mergulhados numa atmosfera de idéias e de sentimentos coletivos que não podemos modificar à vontade, e é sobre idéias e sentimentos desse gênero que repousam as práticas educativas (DURKHEIM, 1978, p.61).

Atualmente, a relação família/escola tem sido alvo de discussões de teóricos da educação e, também, nos diversos segmentos da sociedade, que acreditam nessa relação como um dos fatores essenciais que deverão garantir o sucesso dos alunos em sua trajetória escolar.

Os professores, via de regra, reconhecem que a participação da família no acompanhamento dos seus filhos, é fundamental para o bom desempenho escolar, mas quase sempre essas perspectivas em relação à família transformam-se em acusações, delegando aos pais/responsáveis total responsabilidade pelo mau desempenho do discente na escola.

É evidente que a relação família-escola não é uma relação simples e livre de conflitos, porém indispensável, principalmente quando se trata de crianças provenientes das classes menos favorecidas.

(...) vale destacar que existe um relativo consenso, entre os autores, de que se trata de uma relação complexa e, por vezes, assimétrica, no que diz respeito aos valores e objetivos entre as duas instituições; relação esta sujeita a conflitos de diferentes ordens, em especial nos bairros particularmente marcados por condições socioeconômicas desfavoráveis (Romanelli et al, 2000, p. 10).

A escola precisa saber que é uma instituição que complementa a família, e que ambas precisam ser um lugar afetivo para os alunos/filhos. Os pais e a escola precisam ter princípios muito próximos para os benefícios dos alunos, essa parceria implica em colocar-se no lugar do outro, e não enquanto troca de favores, mas cooperando: supor afetos, permitir escolha e desejos, para que a criança se desenvolva integralmente.

A participação efetiva dos pais no processo de aprendizagem facilita a prática pedagógica dos professores. Isso evidencia a responsabilidade que a escola tem em incentivar e apoiar essa articulação família-escola. As duas instituições são responsáveis pela inserção do sujeito no contexto social, devendo torná-lo capaz de alcançar o conhecimento com autonomia e acompanhar as mudanças sociais, tecnológicas e econômicas.

3.4- A família e os desafios da contemporaneidade

Atualmente, pelo menos no discurso, é moda o debate sobre a responsabilidade protetora e educacional da família e a necessidade de interação desta com outras instituições com atribuições similares, principalmente a escola. Entretanto, na prática, o que se observa na família pós-moderna é uma instituição difusa, confusa, alheia às suas competências e impotente ante as novas exigências da dinâmica social do mundo no qual ela está inserida.

Isabel Parolin (2005, p. 54), resume nas seguintes palavras o perfil de muitos dos novos chefes de família.

Muitos pais, hoje, temem negar coisas para seus filhos por estarem preocupados com tudo que não conseguem lhes dar em termos de carinho, atenção, tempo, convívio e, principalmente, orientação educativa. Tentando se sentir melhores diante da criança, os pais e familiares vivem a crise do “não”. Os pais sentem-se mal ao negar algo para seus filhos e acabam dando-lhes coisas que desejam, quer tenham ou não condições financeiras, deixando de exercer o papel mais importante de estabelecer

limites, de orientar, de educar, de contribuir para a formação de valores morais e éticos.

Parece óbvio (e o é) que a família da atualidade não consegue corresponder ao que dela se exige e se espera quanto à proteção, manutenção e, principalmente, à formação de seus filhos. O que não é tão óbvio e, por conseguinte, pouco questionado é como a família chegou a essa conjuntura.

Como já foi apontado na presente pesquisa, ao longo dos anos, tem havido uma progressiva transferência de responsabilidades da família a outras instituições, como a escola e o Estado. Entretanto, quando o assunto é educação de crianças, a prática de atribuir tal função a agentes externos da comunidade familiar é uma prática muito antiga, que remonta mesmo civilizações imemoriais, como as portentosas Grécia e Roma. Basta lembrar, por exemplo, que o pedagogo na civilização grega nada mais era que, literalmente, o “condutor de crianças. Grandes estadistas, como Alexandre da Macedônia, Júlio César e Carlos Magno, ambos de Roma certamente não foram instruídos pelos seus pais.

No Brasil, coube a ama negra, o papel não só de instruir, como também de alimentar com o próprio leite o rebento da família burguesa colonial.

Na ternura, na mímica excessiva, no catolicismo em que se deliciam nossos sentidos, na música, no andar, na fala, no canto de ninar menino pequeno, em tudo que é expressão sincera de vida, trazemos quase todos a marca da influência negra. Da escrava ou sinhama que nos embalou. Que nos deu de mamar. Que nos deu de comer, ela própria amolengando na mão o bolão de comida. Da negra velha que nos contou as primeiras histórias de bicho e de mal-assombrado. Da mulata que nos tirou o primeiro bicho-de-pé de uma coceira tão boa. Da que nos iniciou no amor físico e nos transmitiu, ao ranger da cama-de-vento, a primeira sensação completa de homem. Do moleque que foi o nosso primeiro companheiro de brinquedo (FREYRE, 2006, p. 367).

Através dessa afirmação do respeitado sociólogo pernambucano, é possível perceber o quanto pesou, desde os primórdios da história do Brasil, sobre terceiros a responsabilidade no que respeita à instrução das futuras gerações. De forma bastante peculiar, Gilberto Freyre explica que não só as primeiras instruções (lá do berço), mas até mesmo orientações referentes à iniciação sexual (pelo menos no caso dos homens) coube a agentes não pertencentes à família – pelo menos ao chamado núcleo familiar ou à família nuclear, como se conhece nos tempos atuais.

Portanto, para se entender as dificuldades da família contemporânea com a educação de seus membros, é necessário mais que uma simples análise na conjuntura atual. É necessário um mergulho mais profundo na trajetória histórica da família brasileira para que se possa compreender que, além das pressões econômicas de uma sociedade essencialmente consumista e imediatista, existe uma forte carga cultural perpetrada ao longo de séculos, que só pode ser melhor entendida e aceita se olhada pelos viés histórico e sociológico, despojados dos clichês e estereótipos tão comuns nesse tipo de abordagem.

Em resumo, apenas reafirmar que a família contemporânea é desestruturada e confusa ou omissa, não é suficiente para uma análise sociológica do papel dessa instituição no aprendizado de crianças. É necessário uma abordagem holística, que abarque todos os prós e os contras dessa questão.

De fato, a família contemporânea já não é tão sólida, tão autoritária, privativa, hermética, quanto à de outros idos tempos, mas isso não diminui sua importância e a necessidade de sua ativa participação no processo formativo de qualquer indivíduo.

Portanto, pensar em família é pensar em um grupo de pessoas que têm uma organização típica, normas, valores, formas de conduta e que, enquanto compartilham uma série de coisas, fatos, afetividades e emoções, dando suporte umas às outras, também lutam por se diferenciarem e por serem reconhecidas como únicas. Lutam para exercerem seus direitos e seus deveres, tanto na esfera particular e doméstica, quanto na esfera pública. A família é um núcleo “um grupo de pessoas”, vivendo numa estrutura hierarquizada, que convive com uma proposta de uma ligação afetiva duradoura, incluindo uma relação de cuidados entre os adultos e deles para com as crianças e idosos que aparecem neste contexto (GOMES, *apud* PAROLIN, 2007, p. 49).

Em síntese, ainda que sofra e se desequilibre com as bruscas mudanças no curso da dinâmica social, a família deve ser reconhecida e respeitada como a base de formação do caráter de qualquer indivíduo. Isso jamais deve ser olvidado, sob o risco de se ter um desequilíbrio generalizado sobre toda a organização social, em todos os seus níveis e aspectos.

3.5- Relação família-escola: a necessidade de repensar os papéis

O ato educacional é uma das operações mais significativas, realizadas pelo ser humano e, no processo de manutenção da educação, é imprescindível que se reconheça que, a parceria entre a instituição escolar e a família, mostra-se fragilizada, carente de

discussões e melhorias adequadas ao seu desenvolvimento. A relação escola-família depende exclusivamente do compromisso dos envolvidos no processo educacional: escola, família, educadores e comunidade.

Considerando-se que é no seio destas duas instituições que brotarão as mãos que sustentarão a sociedade futura, tal relação somente pode ser válida se estiver baseada na confiança, no respeito mútuo e na aceitação das peculiaridades de cada uma das instituições, já que nenhuma família é igual à outra e cada escola se conduz de acordo com normas e procedimentos inerentes à sua organização.

Para que a criança aprenda desde cedo a conquistar seu espaço, a escolta dos adultos nos primeiros tempos da vida será de fundamental importância. O brincar, o escutar e o acompanhar dará à criança a certeza de que é amada e protegida (CHRAIM, 2009, pág 29).

À família cabe entender que a criança precisa de liberdade, mas por si só não tem condições de avaliar o que é melhor ou pior para ela mesma. A família é o suporte que toda criança precisa e, infelizmente, nem todas têm. É o sustentáculo que vai ajudar a criança a desenvolver o conhecimento ajustado de si mesmo e o sentimento de confiança em suas capacidades afetiva, física, de inter-relação pessoal e de inserção social, para agir com perseverança na busca de conhecimento e no exercício da cidadania.

Normalmente o que se vê são pais que matriculam seus filhos na escola, não mantendo nenhum outro contato com a instituição, senão nas raras vezes que vão a uma ou outra reunião e/ou no final do ano letivo, para receber o boletim e fazer a matrícula da série seguinte. A escola tem contribuído para este quadro quando não abre as portas para um relacionamento mais próximo com os familiares de seus alunos, afastando-os, muitas vezes, de um caminho intensamente mais estreito entre as duas instituições.

Percebe-se que muito tem sido transferido para a escola funções que eram das famílias: educação sexual, definição política, formação religiosa, entre outros. Com isso, a escola vai abandonando seu foco; e a família perde a função. Além disso, a escola não deve ser só um lugar de aprendizagem, mas também um campo de ação no qual haverá continuidade da vida afetiva. Na escola deve-se falar sobre amizade, sobre a importância do grupo social, sobre questões afetivas e respeito ao próximo.

Atualmente, a família tem passado para a escola a responsabilidade de instruir e educar seus filhos, e espera que os professores transmitam valores morais, princípios éticos e padrões de comportamento, desde boas maneiras até hábitos de higiene pessoal. Justificam alegando que trabalham cada vez mais, não dispondo de tempo para cuidar dos filhos. Além disso, acreditam que educar, em sentido amplo é função da escola.

A escola, por sua vez, afirma que o êxito do processo educacional depende, e muito, da atuação e participação da família, que deve estar atenta a todos os aspectos do desenvolvimento do educando. Reclama bastante da responsabilidade pela formação ampla dos alunos que os pais transferiram para ela, e alega que isto a desviou da função principal que é a de transmitir os conteúdos curriculares. Com isso, ao invés de ter as famílias como aliadas, acaba afastando-as ainda mais do ambiente escolar. E todos perdem.

Os pais trocam acusações entre si sobre como cada qual trata os filhos, sobre quem é mais condescendente. A escola, por sua vez, se volta contra a família porque tem de suprir uma falta de autoridade que leva a um comportamento permissivo com os filhos e abarca todos os aspectos da vida pessoal e do relacionamento. As famílias põem a culpa na sociedade como um todo, incluindo a escola, por ter relaxado certos valores tradicionais; e elas se vêem incapazes de ir contra a corrente. Não é exagero afirmar que há certa sensação de impotência diante de uma situação que arrasta as duas principais instituições de educação: a família e a escola (LÓPEZ, 1999, pág. 13).

A necessidade de se construir uma relação entre escola e família, deve ser para planejar, estabelecer compromissos e acordos mínimos para que o educando/filho tenha uma educação com qualidade, tanto em casa quanto na escola.

A relação escola-família se resume no respeito mútuo, o que significa tornar paralelos os papéis de pais e professores, para que os pais garantam as possibilidades de exporem suas opiniões, ouvirem os professores sem receio de serem avaliados, ou criticados, trocarem pontos de vista, etc. Na relação família/educadores, um sujeito sempre espera algo do outro. E para que isto, de fato ocorra, é preciso que os envolvidos nesse processo sejam capazes de construir uma relação de diálogo, onde cada parte envolvida tenha o seu momento de fala, onde exista uma efetiva troca de saberes.

Para a formação de um bom aluno, a família é tão ou mais importante do que a escola. Afinal, a Educação não se resume ao ensino formal, mas ao desenvolvimento

integral, o que inclui os valores morais, as atitudes, o equilíbrio emocional, entre outros fatores. Antes de qualquer coisa, os pais devem estar conscientes de que são os reais modelos de comportamento ético e moral dos filhos, mais do que conversar sobre esses princípios, deve-se demonstrá-los no dia-a-dia.

Em relação aos problemas educacionais, percebe-se uma inversão de responsabilidade entre os envolvidos no processo. De um lado, estão os professores, que tem uma responsabilidade social em desempenhar enquanto educadores; do outro, a família que, com a concentração de renda no país e a oferta de consumo, surge então a necessidade de aumento de trabalho para garantir o mínimo de bens de consumo. A mulher que antes tinha sua vida atrelada somente aos trabalhos domésticos necessita ir ao mercado de trabalho e, assim, seu tempo no convívio familiar tornar-se escasso (VASCONCELOS, 1994).

De acordo com os Direitos Humanos e o que rege a Constituição Brasileira de 1988 no seu Art. 207, os pais são responsáveis morais e, também, legais pela educação de seus filhos. Portanto, é de fundamental importância a participação da família no educacional, exercendo assim o seu papel de principais educadores dos seus filhos.

4- RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1- Caracterização da escola-campo

Servem de base principal para este capítulo: os resultados tanto das observações feitas, *in loco*, pelos pesquisadores, quanto das entrevistas com agentes da comunidade escolar da Escola Tereza Teles, os relatos orais de alguns desses agentes e as informações extraídas do Plano Diretor Participativo do Município.

A Escola Municipal de Ensino Fundamental Tereza Teles, criada pelo Decreto 087/01 foi fundada em 28 de março de 2001, e está localizada na rua Floriano Peixoto nº 1024, bairro Agreste, no município de Laranjal do Jari.

O nome é uma homenagem a professora Tereza Teles Rodrigues, que, por vários anos, lecionou na Escola Estadual Sônia Henriques Barreto, quando Laranjal do Jari ainda integrava o município de Mazagão, e o Amapá ainda era território federal.

Figura 06- Vista frontal da Escola Municipal Tereza Teles

Fonte: Pesquisa de campo



¹ Uma dessas colegas ouvidas pelos pesquisadores foi a prof^a Iloridéia Pereira, atualmente, secretária da Escola Estadual Professora Maria de Nazaré Rodrigues da Silva, localizada, também, no bairro Agreste. Ainda de acordo com a mesma fonte, tanto o Projeto Pedagógico (PP)¹ quanto o Plano de Desenvolvimento da Escola (PDE) estão em fase de construção.

Das instituições que compõem a comunidade escolar, formalmente falando, apenas o Conselho de Classe está devidamente constituído e funcionando. Não há organização formal dos discentes (grêmio estudantil), nem dos pais destes (Associação/Conselho de Pais e Mestres).

Os técnicos da (área pedagógica)² informaram que, em termos de proposta teórico-metodológica, a escola, também, ainda não tem uma definição. “Está sendo discutida dentro do Projeto Político”, informam. A despeito disso, os referidos técnicos informaram que a tendência prevaiente é o construtivismo dialético, tendo como principais referenciais teóricos os trabalhos de Emília Ferreiro e Ana Teberosk no que respeita ao ensino regular, e Paulo Freire no que compete à EJA. Estas informações foram ratificadas pelos professores que participaram da pesquisa.

4.2- Análise dos resultados

Embora seja relativamente limitada, principalmente quantitativamente falando, por ser feita através de amostragem e em função de sua própria natureza pedagógica – pois trata-se apenas de um trabalho de conclusão de curso –, a pesquisa ora analisada fornece, além de dados estatísticos, reveladoras nuances da relação família-escola e seus reflexos no aprendizado dos alunos de séries iniciais (1^o a 4^a); nuances estas que servem de ponto de partida tanto para discussões mais profundas quanto para a elaboração de propostas de intervenção capazes de redimensionar o processo até aqui desenvolvido, fazendo com que os resultados obtidos pelos alunos sejam mais promissores.

Esse é um estudo no qual o grau de escolaridade dos pais ou responsáveis dos alunos é fundamental para um melhor acompanhamento dos de seus filhos, levando em consideração todas as fases do processo educacional, ou pelo menos as séries iniciais, onde o aluno precisa de uma atenção maior – é a fase mais importante do aprendizado do aluno.

¹ Embora o termo comumente empregado seja “Projeto Político Pedagógico”, os autores preferem apenas “Projeto Pedagógico”, por entenderem que todo e qualquer projeto pedagógico é, em si, um projeto político. Assim sendo, o emprego da acepção “político” torna-se redundante e, portanto, desnecessário.

² A discriminação (da área pedagógica) é por entender que simplesmente os termos “técnicos” ou “corpo técnico”, comumente empregados para se referir à equipe técnico-pedagógica da escola, não define, com

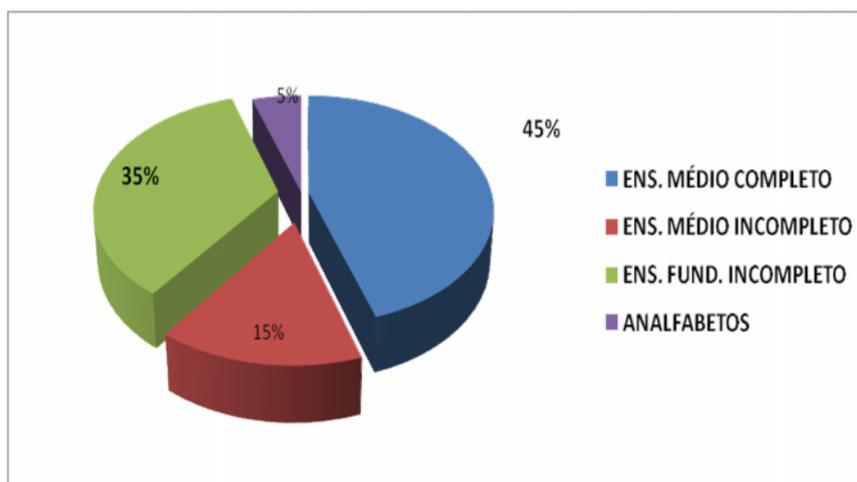
exatidão, de quem se trata; afinal, em uma escola pode haver outros vários técnicos, como: o administrativo, o de futebol, o de atletismo, o de eletricidade, etc.

É um processo de ensino aprendizagem contínuo, no qual a participação da família torna-se indispensável, onde tudo é novo para a criança e ela precisa de alguém que esteja presente e que possa, de alguma maneira, ajudá-la a desvendar o “novo” principalmente do seu cotidiano escolar.

É importante ressaltar que, com base nos resultados da referida pesquisa, no que diz respeito ao grau de escolaridade, detectou-se que a maioria dos entrevistados detém certos conhecimentos que os habilitam a acompanhar e participar do processo educacional de suas crianças.

Gráfico 08- Média de escolaridade dos pais entrevistados

Fonte: Pesquisa de campo.



A despeito dessa constatação, o que se depreendeu, a partir da fala das professoras da escola em que se realizou a pesquisa, é que a pouca escolaridade dos pais não é o fator mais relevante para o desempenho escolar dos alunos. Afinal, os pais participantes desta pesquisa, em termos de escolaridade, possuem, em sua maioria, mais do que o necessário para auxiliarem seus filhos, proporcionando-lhes um bom desempenho na escola. A questão é cultural. A família, cada dia mais, acomoda-se com a transferência de responsabilidades para outras instituições, principalmente à escola.

Eis a fala de alguns educadores entrevistados quanto à participação das famílias na vida escolar dos filhos:

“São poucas as famílias que participam da aprendizagem do aluno; mais é minoria que participa e é amigo das tarefas escolares” (PROFESSORA “A”).

“Desinteresse total. Falta de compromisso de alguns pais na educação de seus filhos e o desinteresse dos próprios alunos” (PROFESSORA “B”).

“São vários os entraves. Um desses é a falta de compromisso de alguns pais na educação de seus filhos” (PROFESSORA “C”).

Aqui, na fala desses educadores, encontramos mais do que simples entrave para o bom desempenho escolar de seus alunos. Sociologicamente falando, a expressão “falta de compromisso”, repetida pelas professoras, indica o que pode ser a chave para se abrir o caminho para uma discussão mais profunda a respeito da relação família-escola no processo de ensino-aprendizagem de crianças das séries iniciais.

Afirmações peremptórias e negativistas como estas indicam que muita coisa precisa ser revista e discutida no interior da escola. Quando o assunto é a participação da família na vida escolar dos alunos, falta convergência entre a visão das professoras, da direção escolar e a dos responsáveis pelos alunos.

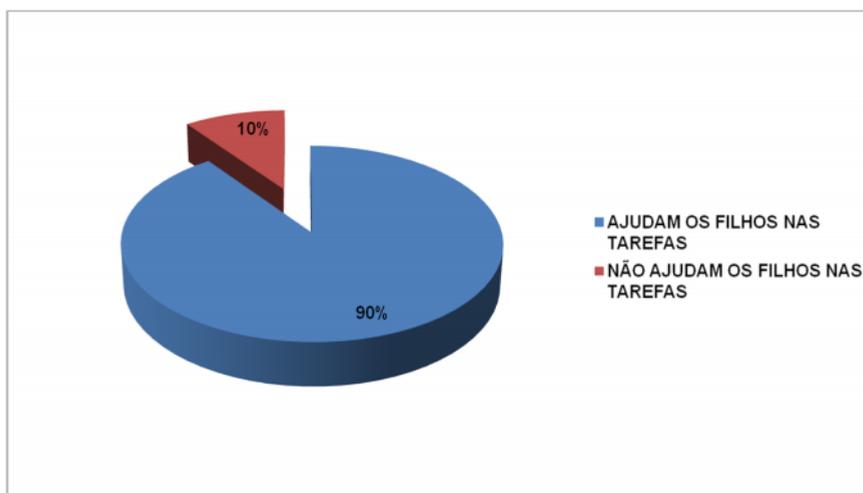
Enquanto as professoras afirmam que “falta compromisso”, a diretora avalia como “boa” a parceria entre ambas instituições.

“No momento, somente os eventos como festa das mães, festa junina, reuniões de pais e mestres, etc. Não temos um [projeto] exclusivo para a interação; mas vale ressaltar que, mesmo sem ter um projeto exclusivo, temos uma boa parceria com os pais” (FALA DA DIRETORA DA ESCOLA PESQUISADA).

Os pais, por sua vez, responderam (90%) que ajudam os filhos nas tarefas escolares.

Gráfico 09- Participação dos pais nas atividades escolares dos filhos (resposta dos pais).

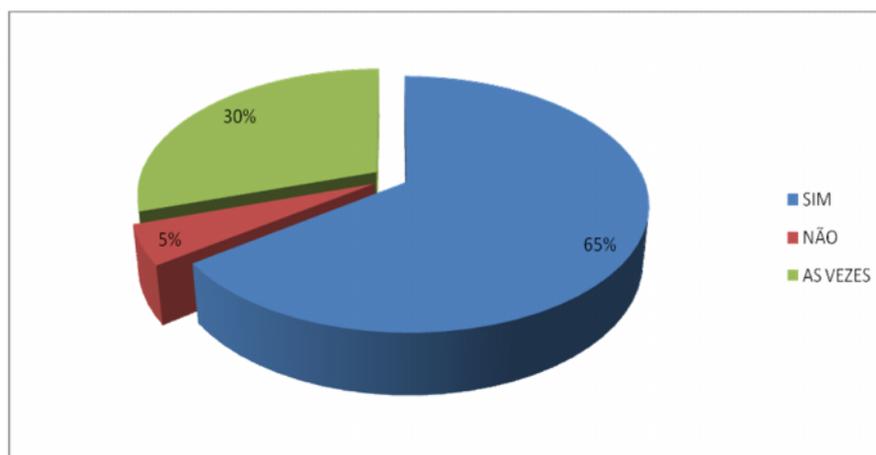
Fonte: Pesquisa de campo.



A maioria dos filhos entrevistados (não tão absoluta quanto dos pais), também, afirma que os pais auxiliam, sim, em suas tarefas escolares.

Gráfico 10- Participação dos pais nas tarefas escolares dos filhos (respostas dos alunos).

Fonte: Pesquisa de campo.



Quando essas respostas são confrontadas com o índice de repetência levantado pela pesquisa, a questão começa a tornar-se mais complexa, pois, mesmo com 90% dos pais afirmando que auxiliam seus filhos em suas tarefas escolares – tendo quase metade (45%) daqueles o ensino médio completo –, o que é ratificado por 65% dos filhos, o índice de repetência chega a 35% (mais de um terço), sendo que destes, 14,29% já repetiram três vezes.

Gráfico 11- Média de repetência dos alunos entrevistados

Fonte: Pesquisa de campo.

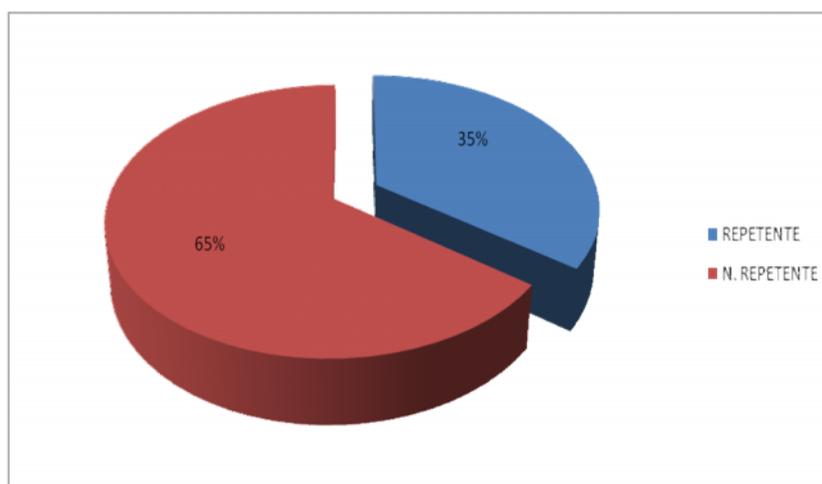
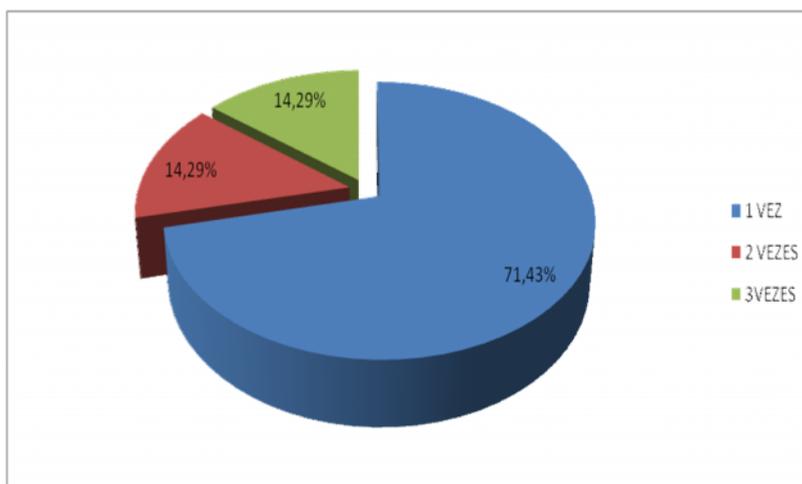


Gráfico 12- Número de repetências dos alunos entrevistados

Fonte: Pesquisa de campo.



Muito provavelmente, todos (pais, filhos e educadoras) estão falando a verdade. Ante esse paradoxo, surgem dois questionamentos: (1) Por que as professoras afirmam, tão enfaticamente, que falta compromisso da família quando 90% dos pais e 65% dos filhos dizem que os responsáveis auxiliam as crianças em suas atividades escolares? E (2) se, de fato, há essa participação, por que o desempenho escolar das crianças não a confirma?

Evidentemente, essas são demandas demasiadamente complexas para serem esgotadas em um trabalho como este; no entanto, com base em tudo que já foi apresentado, tanto na fundamentação teórica quanto na pesquisa de campo, é possível se inferir, sem prejuízos ou injustiças, algumas respostas a respeito do caso em lide.

Uma dessas conclusões é a de que a participação ou auxílio da família nas atividades escolares dos filhos, bem como nas reuniões da escola não é suficiente. Em outras palavras, não é na participação, em si, que está a positividade, mas na qualidade dessa participação. É verdade que 90% dos pais disseram participar das atividades dos filhos; como é verdade, também, que 65% dos filhos confirmaram tal afirmação. Em razão da limitação do trabalho, porém, não foi investigado como se dá essa participação.

Ora, a participação da família na escola é bem conhecida! Não faz parte da cultura brasileira – e, nesse particular, o poder aquisitivo faz pouca diferença – o comparecimento espontâneo dos pais na escola. Mesmo entre aquelas famílias de alto poder financeiro, e ainda quando se trata de crianças em idade pré-escolar, o mais comum, no Brasil,

é confiar a terceiros (um/a empregado/a) tarefas como, por exemplo, ir deixar e buscar a criança na escola. Também não são poucos os pais que pagam professores auxiliares para “darem reforço escolar” aos seus filhos.

No caso de famílias de baixa renda – como é o da pesquisa – não são raros os exemplos em que a ajuda que os pais afirmam dá aos filhos é tão só e simplesmente fazerem a atividade no lugar destes – quando se trata das famosas tarefas de casa; ou, em tempos de internet, muitos desses pais apenas copiam, colam e imprimem o conteúdo para o filho.

Mais uma vez, tratando-se da relação família-escola, o relato da diretora escolar entrevistada é flagrante: “Podemos dizer que essa relação acontece mais *nos momentos que a escola propicia, como reuniões, plantão pedagógico e eventos das datas comemorativas*” (Itálicos acrescidos).

Na verdade, quando a diretora diz “propicia”, entenda-se “força” ou “coage”. São as famosas “*convocações*” para reuniões escolares. Embora, como numa tentativa de “dourar a pílula”, essas reuniões recebam novas nomenclaturas, como “plantão pedagógico”, “encontro de pais e mestres”, etc., o seu conteúdo, via de regra, permanece invariável – a despeito das claras evidências (para não dizer provas) de sua ineficácia.

Normalmente, o assunto dessas reuniões é o mesmo: as notas e os problemas disciplinares dos alunos; o que, com o passar do tempo, resulta em frustração e afastamento da família do dia-a-dia da escola. Aliás, é mesmo difícil sentir-se motivado a participar de uma empresa a qual você mal sabe o nome. E esse é, exatamente, o caso em questão.

Como é sabido no meio acadêmico, a escola é um sistema deveras complexo, o qual encerra inúmeras situações que ensejam divergências e conflitos. Como esperar que pessoas sem a devida preparação, como é o caso da maioria dos pais de alunos pobres, possam entrar e interagir positivamente nesse universo?

As professoras têm razão quando dizem que há “um desinteresse total” ou que “falta compromisso” por parte da família com a vida escolar de seus filhos. As perguntas, a essas alturas, são: A escola está preparada para receber essa família compromissada e interessada que ela reclama? Se essa família não existe, o que a escola está fazendo para trazê-la à existência? Que propostas concretas tem a escola apresentado para se fazer interessante a essas famílias e para motivá-las a terem uma participação ativa e intervencionista em seu cotidiano? O processo ensino-aprendizado sistematizado através da escola tal qual se encontra

na atual estrutura tem sido um processo no qual os pais sintam-se (e, de fato, o sejam) promotores, ou apenas um espetáculo do qual são eles apenas admirados espectadores?

Szymanski (2007, p. 103), comenta a dificuldade de adaptação das famílias populares aos padrões estabelecidos pela escola nos seguintes dizeres:

Assim, os conflitos entre famílias e escolas podem advir das diferenças de classes sociais, valores, crenças, hábitos de interação e comunicação subjacentes aos modelos educativos. Tanto crianças como pais podem comportar-se segundo modelos que não são os da escola. Isto pode não ser um problema para famílias das camadas sociais mais altas, que têm a possibilidade de escolher uma escola que se assemelhe ao seu próprio modelo. Esta não é a realidade para as classes trabalhadoras. Os modelos adotados pelas escolas dependem, em geral, da disposição das diretorias e de sua orientação.

E Claudius Ceccon completa:

Muita coisa pode ser feita para melhorar a escola. No entanto, deve-se começar de imediato pelas medidas que beneficiam o maior número de pessoas e atende às necessidades dos que mais precisam. Como são as crianças mais pobres as que mais precisam da escola, é urgente e prioritário adotar medidas que assegurem a todas elas o ingresso na escola e a sua permanência no ensino pelo maior tempo possível (CECCON et al, 2002, p. 84).

Outro sintoma claro de que essa relação precisa melhorar é o fato de que, em casa, os pais se sentem não só responsáveis, mas mais à vontade para acompanhar os filhos. Por que será que eles não se sentem tão à vontade para interagir com a escola? Aliás, aqui, surge outro pormenor interessantíssimo: a diferença entre participar e interagir, facilmente confundida no meio pedagógico.

O fato dos pais comparecerem – sob convocação – e assinarem a ata da reunião ou do plantão pedagógico não equivale dizer que eles interagiram: o que eles propuseram? O que eles votaram? O que aprovaram? O que vetaram? Ora, se os pais vão, sob convocação, à escola apenas para saberem a nota dos filhos – o que a escola poderia informar mensalmente através de simples tabela que o próprio aluno anotaria – e ouvirem as reclamações sobre o comportamento destes, é inegável que esteja havendo participação, mas não se pode dizer o mesmo quanto à interação.

Para que haja interação, de fato, é preciso que se atribua à família responsabilidades que vão além do simples acompanhar o dever de casa e participar das

reuniões pra saber a nota do filho. Mas a escola está preparada para essa relação humanista, franca, aberta, relação de co-gestão?

Szymanski (2007, p. 103), explica:

Na tendência do modelo racional, as escolas se portam como as detentoras do poder de decisão e do conhecimento. É de se esperar choques com os pais que seguem outras tendências. Na tendência humanista, há uma crença nos recursos das famílias, acatam-se suas decisões e há uma aceitação empática de sentimentos e emoções. Já na simbiossinérgica, há a valorização da interdependência, da reciprocidade e da co-gestão.

Diante de tudo que se expôs até aqui, fica claro que a positivação da relação família-escola é uma tarefa complexa, melindrosa e, sobretudo, desafiadora; mas é imprescindível ao bom desempenho escolar, é urgente e, o que é mais animador, é possível.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Abordar sociologicamente a relação família-escola dos alunos das séries iniciais do ensino fundamental, focando os múltiplos contextos (cultural, sócio-econômico, geográfico, político, etc.) apresentados nesta monografia, de fato, foi um “doloroso parto”.

Escassez de informações *in loco* sobre o objeto de pesquisa – Laranjal do Jari não possui nenhum centro de referência quanto a estatísticas das famílias no município –, dificuldades de acesso virtual a fontes pertinentes – a conexão via internet no município ainda é consideravelmente precária – e outros contratemplos, como a substituição de orientador, por motivo de doença, tornaram bastante desafiador a realização desse projeto.

Mas, como no literal, em nosso parto metafórico a dor, também, veio imbricada com o prazer. A aventura proporcionada pelo mergulho no oceano de informações da revisão literária, o impacto das primeiras impressões do campo de pesquisa, o contato direto com as pessoas entrevistadas, a riqueza dos relatos orais, a disponibilidade e acessibilidade dos agentes (diretora, professores e técnicos) escolares, as horas a fio de acalorados debates – ora apenas entre os pesquisadores, ora na companhia do orientador – sobre o objeto da pesquisa... enfim, tudo isso, além de enriquecer intelectualmente a equipe, sem dúvida, proporcionou significativas doses de prazer a cada um de seus integrantes.

Laranjal do Jari é um município relativamente jovem – tem apenas 21 anos de emancipação política –; contudo, quando se avalia o perfil sociológico de sua população, o quadro que se apresenta não é nada agradável, principalmente quando se leva em conta a densidade demográfica do mesmo. É um município pequeno, mas com índices de problemas sociais percentualmente semelhantes aos de cidades grandes. Evidentemente, o município não se resume a isso; porém, apesar de já ter sido muito pior, esse ainda é um quadro real que

reforça os estigmas que acompanham o município desde suas origens e cuja transformação (para melhor) é um desafio ainda a ser superado.

Uma das máximas do jargão sociológico popular é que “a família é a célula-mater da sociedade”. Considerando essa máxima e partindo da realidade incontestável de que, independentemente do tipo, classe social ou nível econômico, toda criança que frequenta a escola procede de uma família – ou de um grupo social equivalente –, e acompanhando informalmente (através de vivências com familiares dessas crianças, ouvindo relatos orais, tomando conhecimento de programas pedagógicos para evitar evasão escolar e repetência, etc.) a saga da vida escolar desses alunos, os pesquisadores deduziram que a família, certamente, desempenharia um papel de protagonista neste longametrage da vida social real.

Daí surgiu a idéia de ir além das observações ocasionais desinteressadas, necessitando, assim, que se desenvolvesse um trabalho fundamentado em pressupostos teóricos reconhecidamente respeitáveis e desenvolvido dentro de uma metodologia embasada no mais completo rigor científico. Assim, surgiu a proposta de se sistematizar uma pesquisa sobre A Relação Família-escola no Processo Ensino-aprendizagem de Alunos das Séries Iniciais em uma Escola Municipal de Laranjal do Jari: Uma Abordagem Sociológica.

Na primeira, os pesquisadores apresentam o universo da pesquisa, através de um breve histórico sobre o município de Laranjal do Jari e o perfil demográfico, estrutural e sócio-econômico do Bairro Agreste, onde está localizada a escola que serviu de campo de pesquisa.

A revisão literária, que começa a partir do segundo capítulo, foi bastante enriquecedora e sumamente importante para a consolidação do tema definido e o norteamiento das demais etapas. Nesse momento, buscou-se apresentar, em uma linha cronológica ascendente, o desenvolvimento de ambas instituições (família e escola) desde suas gêneses – segundo as fontes consultadas –, passando pelas várias transformações que as mesmas sofreram ao longo da história da humanidade, destacando o papel e a relevância de cada uma no processo de desenvolvimento do ser humano, principalmente no que concerne à formação da criança.

A terceira parte da pesquisa aprofundou a interminável (e saudável) discussão sobre o Estado e sua conflitante relação com a vida privada. Nesse capítulo, foi possível constatar a visceral ligação família-Estado, a relevância do papel de cada um no processo de formação da criança e, principalmente, o poder de ingerência e controle que o Estado ainda exerce sobre a família e a vida privada como um todo.

No quarto e último capítulo, números apresentados sobre a participação de famílias laranjalenses em alguns programas sociais do Governo, bem como a própria sistematização do processo de educação do indivíduo apontam para a irrefutável constatação dessa esmagadora força controladora do Estado.

Algumas das hipóteses inicialmente levantadas pelos pesquisadores se mostraram verdadeiras, outras, nem tanto. Exemplo: uma das hipóteses levantadas foi a de que o desempenho do aluno das séries iniciais está diretamente relacionado com o nível econômico de sua família. Essa hipótese verificou-se não ser verdadeira, uma vez que a maioria das famílias entrevistadas apresentaram renda familiar acima da mínima estipulada pelo governo, chegando algumas – aquelas em que ambos pais são empregados – até a beirar o nível médio. Apesar dessa constatação, não se notou diferenças significativas entre o desempenho dos alunos provenientes dessas e os das demais famílias com renda inferior.

A despeito disso, outras conclusões são bastante patentes, sobressaindo-se duas delas: a primeira é a necessidade da manutenção e fortalecimento do elo família-escola. Embora com suas peculiaridades e particularidades, essas instituições têm, cada uma sem se omitir nem extravasar sua esfera de atuação, um imprescindível papel a desempenhar no desenvolvimento do ser humano em todos os seus aspectos.

A segunda irrefutável conclusão é a de que a família – mais do que a escola, porque esta é uma instituição rigidamente formal e estritamente controlada por um sistema muito bem aparelhado, o Estado – necessita está continuamente em estado de alerta quando ao dinamismo das transformações da sociedade. Ou seja, a família não conseguirá cumprir eficazmente o papel que se espera dela no século XXI com a estrutura e a forma de ler o mundo do século XVI – e nem mesmo do XIX ou do XX. As transformações são urgentes, e exigem que a adequação da família também o seja.

Pensar na parceria família/escola requer, então, dos agentes escolares, inicialmente, uma tomada de consciência de que, as reuniões baseadas em temas teóricos e abstratos provocam somente sentimentos de ansiedade, vergonha e incapacidade dos pais sobre seus filhos. A construção dessa parceria é função inicial dos educadores; pais/responsáveis não são especialistas em educação, não conhecem a Psicologia, a Didática e nem a Sociologia, por mais que possuam certo grau de escolaridade.

É lugar comum o fato de que grandes mudanças – e até mesmo as pequenas – estruturais requerem grandes esforços, sacrifícios, determinação e riscos. Isso, no entanto, não são motivos para desencorajar uma mudança de postura tanto da família quanto da escola em relação aos papéis de ambas na aprendizagem da criança.

Comentando uma experiência vivida durante um processo de intervenção em determinada escola de comunidade pobre, Heloisa Szymanski destaca a resistência dos gestores e professores em acreditar nos resultados positivos de se atribuir responsabilidades maiores aos pais, concedendo-lhes, concomitantemente, maior autonomia para agirem dentro da escola.

Ficou claro para nós seu desconhecimento [dos professores] da comunidade, cuja história de luta e de militância tornava aptos todos os seus membros a levar adiante qualquer projeto de integração com a escola. Mas, infelizmente, eram vistos como incultos, violentos e omissos em relação à educação de seus filhos. (...) o que muitas escolas não percebem é que as pessoas se desgastam muito mais numa relação de isolamento e/ou tensão com as famílias do que desenvolvendo parcerias (Ibdem, p. 96).

A colaboração da família no processo ensino-aprendizagem é indispensável; por melhor que seja a escola, por mais bem preparados que sejam seus professores, nunca vai suprir a carência deixada pela família ausente. Pai, mãe, avó ou avô, tios, quem quer que tenha a responsabilidade pela educação da criança deve dela participar efetivamente, pois, caso essa participação não aconteça, a escola corre o risco de não atingir seus objetivos.

Nessa perspectiva, para maior integração entre família/escola, é fundamental que sejam criadas políticas estratégicas que assegurem a aproximação entre esses dois pólos, de maneira a respeitar suas peculiaridades e similaridades, sobretudo no tocante ao processo de desenvolvimento e aprendizagem, não só em relação ao aluno, mas a todas as pessoas envolvidas.

É importante, aqui, ressaltar a relevância que tiveram para a aquisição das informações que possibilitaram a sistematização desta pesquisa das fontes que foram disponibilizadas bem como a acessibilidade dos agentes responsáveis pelas mesmas.

Considerando as limitações da presente pesquisa, tanto em função de sua natureza didática quanto do tempo, da quantidade de pesquisados e dos recursos disponíveis,

é justo considerá-la como uma contribuição importante para se repensar o papel da família na educação de seus membros, levando em conta toda a efervescência da globalização e os novos desafios que os tempos pós-modernos põem diante dessas tão importantes instituições.

Espera-se que, tanto o poder público quanto a sociedade civil organizada de modo geral, possam tirar o máximo de proveito não apenas desta, mas de tantas outras produções similares tanto para o aprofundamento das discussões quanto para subsidiar a elaboração de propostas de intervenção na relação de uma parceria necessária família/escola, o que, indubitavelmente, refletirá no objetivo final de ambas as instituições para a formação integral da geração presente e das futuras.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARSA. **Nova Enciclopédia**. São Paulo: Encyclopædia Britannica do Brasil Publicações limitada, 1998.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do**. Brasília: Senado Federal, 2000.

CECCON, Claudius; OLIVEIRA, Miguel Darcy de ; OLIVEIRA, Rosiska Darcy de. **A vida na escola e a escola da vida**. 36. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2002.

CHRAIM, Albertina de Matos. **Família e Escola: a arte de aprender para ensinar**. Rio de Janeiro: Wak, 2009.

CONRAD, David. **Minidicionário de Inglês**. 16. ed. São Paulo: Divisão Cultural do Livro, 2006.

D'INCAO, Maria Ângela. **Mulher e Família Burguesa**, in: DEL PRIORE, Mary (Org.). **História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Editora Contexto, 2006.

DEMO, Pedro. **A Nova LDB: Ranços e Avanços**. Campinas: Papyrus, 1997.

DURKHEIM, Émile. **Educação e Sociologia**. 11. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1978.

_____. **Sociologia e Filosofia**. São Paulo: Ícone, 1994.

_____; WEBER, Max; MARX, Karl e PARSONS, Talcott. **Introdução ao Pensamento Sociológico**. 16. ed. São Paulo: Centauro Editora, 1994.

ENGELS, Friedrich. **A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado**. São Paulo: Centauro, 2002.

FARIA, Sheila de Castro. **História do Cotidiano e da Vida Privada**, in: CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo (Orgs). **Domínios da História**. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997.

FREYRE, Gilberto. **Sobrados & Mucambos**. 15. ed. São Paulo: Global Editora, 2004.

_____. **Casa Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. 51. ed. rev. São Paulo: Global Editora, 2006.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

HOUAISS, **Minidicionário da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2004.

JARI, Prefeitura Municipal de Laranjal do. **2ª Revista do Plano Diretor Participativo do Município de Laranjal do Jari/AP 2006**. [s.n.]: Laranjal do Jari, 2006.

LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia do Trabalho Científico: Procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos**. 7. ed. reimp. São Paulo: Atlas, 2009.

_____. e MARCONI, Marina de Andrade. **Sociologia Geral**. 6. ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 1990.

LINS, Cristóvão. **Jari: 70 Anos de História**. Rio de Janeiro: Dataforma, 2001.

LÓPEZ, Jaume Sarramona I. **Educação na Família e na Escola**. São Paulo: Loyola, 2002.

MICHAELIS, **Moderno Dicionário da Língua Portuguesa**. São Paulo: Companhia Melhoramentos, 1998.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Estatuto da Criança e do Adolescente: hora de fazer valer**. Brasília [s.n.]: 2005.

MORAIS, Paulo Dias, MORAIS, Jurandir Dias. **O Amapá em Perspectiva**, Macapá: Gráfica J.M., 2005.

NERY, Reinaldo Cardoso; BORGES, Maria Lúcia Teixeira. **Orientações Técnicas para Elaboração de Trabalhos Acadêmicos**. Macapá: UNIFAP, 2005.

NOGUEIRA, Maria Alice; ROMANELLI, Geraldo; ZAGO, Nadir (Orgs). **Família & Escola: trajetórias de escolarização em camadas médias e populares**. Petrópolis: Vozes, 2000.

OLIVEIRA, Pérsio Santos. **Introdução à Sociologia da Educação**. 3. ed. São Paulo: Ática, 2007.

PAROLIN, Izabel. **Professores formadores: a relação entre a família, a escola e a aprendizagem**. Curitiba: Editora Positivo, 2005.

PORTELLA, Fabiani; FRANCESCHINI, Ingrid Shroede; THURKENICZ, Abraham (org). **Família e aprendizagem: uma relação necessária**. 2. ed. Rio de Janeiro: Wac Editora, 2008.

SINGLY, Françoise de. **Sociologia da Educação**. 4. ed. Campinas: Autores Associados, 1995.

SZYMANSKI, Heloisa. **A relação família/escola: desafios e perspectivas**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

VASCONCELOS, Maria Lucia Marcondes Carvalho. **Conceitos de Educação em Paulo Freire**. Petrópolis: Vozes, 2006.

APÊNDICES

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO DESTINADO AOS ALUNOS

- 1) GÊNERO
 Masculino
 Feminino

- 2) QUAL SUA IDADE?
 6 anos
 7 anos
 8 anos
 9 anos
 mais

- 3) QUAL A SÉRIE QUE VOCÊ ESTUDA?
 1ª série
 2ª série
 3ª série
 4ª série

- 4) VOCÊ É REPETENTE?
 Sim
 Não

- 5) QUANTAS VEZES VOCÊ REPETIU?

- 6) SEUS PAIS AJUDAM VOCÊ NOS TRABALHOS ESCOLARES?
 Sim
 Não
 As Vezes

- 7) COM QUEM VOCÊ MORA?
 Pai e Mãe
 Pai
 Outros _____

APÊNDICE C- ROTEIRO DE ENTREVISTA DESTINADO AOS PROFESSORES

1. QUAL SUA FORMAÇÃO? QUANTO TEMPO DE FORMADO? POSSUI CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO? PARTICIPA DE PROJETO DE FORMAÇÃO CONTINUADA?

2. QUAIS AS DIFICULDADES QUE VOCÊ ENCONTRA NA REALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES EM SUA TURMA?

3. EM SUA CONCEPÇÃO COMO SE DÁ A RELAÇÃO DOS PROFESSORES COM A CORDENAÇÃO PEDAGÓGICA?

4. A ESCOLA POSSUI PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO? COMO FOI CONSTRUÍDO ESTE PROJETO?

5. COMO VOCÊ VÊ A PARTICIPAÇÃO DA FAMÍLIA NA APRENDIZAGEM DO ALUNO?

APÊNDICE D- ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA O DIRETOR

1. QUAL SUA FORMAÇÃO? QUANTO TEMPO DE FORMADO? POSSUI CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO? PARTICIPA DE PROJETO DE FORMAÇÃO CONTINUADA?

2. QUAL SUA OPINIÃO QUANTO AO FATOR SÓCIO-ECONÔMICO DO ALUNO E SUA INTERFERÊNCIA NO APROVEITAMENTO ESCOLAR?

3. NA SUA OPINIÃO A DESETRUTURA FAMILIAR INFLUENCIA NA APRENDIZAGEM DO ALUNO?

4. COMO SE DÁ A RELAÇÃO ESCOLA/FAMÍLIA?

5. A ESCOLA REALIZA PROJETOS QUE VISEM A INTERAÇÃO ESCOLA/FAMÍLIA?

APÊNDICE E- ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA A COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA

1. QUAL SUA ESPECIALIZAÇÃO? E QUANTO TEMPO VOCÊ ATUA NA COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA?

2. QUAL A ATITUDE DA ESCOLA DIANTE DOS CASOS DE BAIXO RENDIMENTO DOS ALUNOS?

3. A ESCOLA COSTUMA FAZER PLANTÕES PEDAGÓGICOS? COM QUE FREQUÊNCIA? QUAIS OS TEMAS ABORDADOS?

4. QUAIS AS DIFICULDADES ENCONTRADAS NA REALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES DA COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA?

5. NA SUA CONCEPÇÃO A DESESTRUTURA FAMILIAR INFLUENCIA NA APRENDIZAGEM DO ALUNO?

